



Secretário Ricardo Teixeira: Bom dia a todos. 22 de maio de 2013. Eu passo a palavra para quem vai presidir os trabalhos no dia de hoje, doutor Luis Eduardo Peres Damasceno, coordenador geral do CADES. Bom dia, Damasceno.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia, secretário. Bom dia a todos conselheiros, bom dia a todos. Daremos início à pauta. Expediente. 1º item: discussão e votação das atas da 148ª Reunião Plenária Ordinária, e 32ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES. Alguém tem alguma coisa a opor, ou consideramos votado? Abstenção na 148? Certo. Por gentileza? André Luiz.

Cons. Maria Lúcia: Abstenção SEHAB, Maria Lúcia Tanabe.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: E Amélia? Marta Amélia. Atenção senhores, por gentileza. Vamos ao 2º item: sugestões para inclusão de pauta dessa reunião. Conselheiro Abel, por gentileza.

Cons. Abel: Bom dia. Abel, Leste 2. Inclusão de pauta da Conferência Municipal do Meio Ambiente. E quem está aqui representando, logo após o (incompreensível) da mesa, Paulo Silvano. (incompreensível).

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Acatado.

Orador não identificado: Obrigado, Abel. Boa ideia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ordem do dia: exposição sobre ecopontos - solução ecológica para descarte de entulhos, pelo senhor Alder Antunes de Carvalho, representante da Secretaria Municipal de Serviços, Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB.

Orador não identificado: Adler.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhor Adler.

Secretário Ricardo Teixeira: Senhores, senhoras, eu vou pedir que desliguem os telefones celulares, por gentileza. Na reunião na semana passada teve uma interferência muito forte nesse ambiente fechado aqui, com o sistema de som. Então eu pediria que desligassem os aparelhos, para que não houvesse a interferência. Por gentileza.

Adler Antunes de Carvalho: Bom dia a todos. Podemos começar a apresentação? Tudo bem? Primeiramente, desculpem a demora. Meu nome é Adler Antunes, sou da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, vim aqui para apresentar a vocês a questão dos ecopontos da cidade. Só para ressaltar, é a apresentação dos ecopontos da cidade de São Paulo - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Faço parte do núcleo gestor de entulhos. Meu setor, ele tem como obrigação a implantação das unidades dos ecopontos na cidade de São Paulo. Plano de meta de 2013, que é a implantação de 84 ecopontos. Esse ano já foram inaugurados... Na verdade, nós já temos 67 ecopontos em funcionamento. Ano de 2012, último mandato, foi fechado com 59, e já atendemos 8 ecopontos dessa nova gestão. Então nós



temos, por obrigatoriedade, vamos ver ao longo da apresentação, vistoriar as áreas públicas para a devida implantação do projeto. Também passamos as orientações, as ATTs, não sei se todo mundo conhece, a Área de Transbordo e Triagem, tudo relacionado à gestão de resíduos de construção e demolição. Então, o início da apresentação aqui. São Paulo, a nossa área total, território municipal são 1.509 Km², sendo que 1.000 Km² são urbanizados, que já correspondem a 81,9%. Outras 18,10% correspondem às áreas de proteção ambiental, que equivalem a 273,17 Km². A população é cerca de 11.250.503 habitantes, gerando, em média, 12 mil toneladas de resíduos sólidos ao dia. São Paulo é o único município grande, das capitais, que estão divididas em 31 subprefeituras, correspondendo a 96 distritos. Atualmente, 67 ecopontos em funcionamento e 5 horas de transbordo e triagem cadastradas com a prefeitura. Então, o início: a figura do ecoponto visa o quê? Atender a resolução CONAMA 307, que tem como objetivo, disponibilizar à população... A CONAMA 307, ela já orienta todos os municípios do Brasil a ter planos de gerenciamento de resíduos da construção civil, e volumosos para a população. Então, com base nessa resolução CONAMA, tem aqui... que ficou meio cortada a apresentação... Outro slide. Dos 5.564 municípios brasileiros, 72,44 já possuem o sistema de resíduos de construção civil. Eles contam como auxílio público e auxílio privado. Desses dados, o sudeste predomina a questão de resíduos de construção civil, com 51.582, em seguida a região sul, com 14.738, região nordeste, 17.995, centro-oeste, 11.525, e o norte correspondendo a 3.514. Esse dado é um gráfico publicado da Abrelpe de 2010. Então, o intuito do ecoponto é o que? Exclusivamente resgatar os pontos viciosos, que é o termo técnico que nós adotamos, que são aqueles pontos de descartes irregulares em vias públicas. Claro que nem sempre todo ponto viciado nós conseguimos transformar em ecoponto, devido a sua área ser de proteção ambiental, manancial, e área de declive, que é o caso dessa área localizada na Casa Verde. Então o objetivo é o quê? Você diminuir a poluição, com que o objetivo seja diminuir o impacto nas enchentes, principalmente, combater os 1.500 pontos viciosos, foi um dado calculado de acordo com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, de 2011, esse dado. Provavelmente, eu espero que tenha diminuído. E aí, tem o nosso panorama inicial. Todo começo do ano nós vemos, que são as enchentes, principalmente regiões periféricas, onde geram mais resíduos. Então, a CONAMA 307 já visa a atender o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil. E ela já orienta que as prefeituras municipais devem disponibilizar áreas públicas cadastradas, para pequenos geradores. Dentro desse dado de pequenos geradores foi criado e estabelecido o Decreto Municipal 42.217 em 2002, que regulamenta a questão dos pequenos geradores. E já limita que cada gerador tem por lei, a destinação de 1 m³ de resíduos, no ecoponto, por dia. Isso foi um dado calculado para que todos possam ter um bom uso da questão do ecoponto. Com base no Decreto, foi criada a Lei Municipal 13.885, em 2004, que regulamenta toda questão do poder executivo, quanto às áreas de transbordo e triagem, ecopontos, plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil. E no artigo 16, ele já regulamenta que as subprefeituras entregam as áreas públicas para vistoria. Posteriormente, assim que a área pública for vistoriada, é solicitada a sua disponibilização para futura implantação do projeto. Todas essas partes assim, meio burocráticas, não tão práticas quanto vamos ver à frente, regulamentam o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos. Faz parte do programa municipal de gerenciamento de projetos de resíduos da construção civil. Então a questão da figura do ecoponto, além de atender a resolução CONAMA, Decreto Municipal e Lei Municipal, atende também esse plano de metas. Com base nisso é feita a parceria público/privada. Ou seja... entre os órgãos públicos, aliás. No qual a prefeitura, por meio da Secretaria de Serviços, o AMLURB, fiscaliza as áreas disponibilizadas



pelos subprefeituras, e futuramente serão gerenciadas pelas duas empresas de varrições. Um dado curioso, que como todos os outros projetos municipais e outros, privados também, os ecopontos, eles não podem ser instalados em zonas de proteção ambiental, em áreas de mananciais e áreas com declives, justamente para tentar facilitar o descarte e também por carroceiros e munícipes, com seus próprios veículos. Um detalhe que iremos ver mais à frente, que temos muitos problemas para, justamente, por causa dessa questão de legislação, muitos problemas para implantar ecopontos, por exemplo, extremo sul, que é área 100% manancial, extremo norte, que tem a Serra da Cantareira também. Então, está sendo estudado, junto com o setor de planejamento, a equipe do AMLURB, a questão de alteração, se é possível alterar a questão dessa lei, para que todos possam tentar ter acesso ao ecoponto. Até mesmo porque é um equipamento público que iria beneficiar as pessoas. O panorama municipal é o seguinte: o gerador, se ele for considerado como pequeno gerador, ele tem duas alternativas. Ou, se ele gerar até 50 quilos de entulho, ele pode deixar na coleta domiciliar, ou pode, de 50 a 200 quilos, ele pode estar levando no ecoponto. O grande gerador, ele pode usar as empresas cadastradas, que são aquelas empresas que oferecem serviço de caçambas, ou eles podem ir às áreas de transbordo e triagem. O destino é o mesmo: é o aterro de inertes. Então a nossa meta, quando foi criado o ecoponto, era justamente atender 96 ecopontos. Que o intuito era o quê? Um ecoponto por distrito. Devido aos problemas anteriores, não está sendo possível ainda, implantar ecopontos nessas áreas que eu comentei. E a gestão atual encomendou mais 84 ecopontos. Dos quais 67 já estão em funcionamento, 4 já estão próximos de serem inaugurados, 10 já tiveram o início de obras, 3 estão aguardando a verba para disponibilização, 4 projetos estão sendo executados, e 8 projetos estão aguardando a disponibilização das subprefeituras, para a devida implantação. Totaliza justamente os 96. A meta, agora com o total, são 143 ecopontos no município de São Paulo. Então a intenção é o quê? Você recuperar aquela área degradada. Aqui tem um exemplo. Esse aqui foi o quarto ecoponto implantado em São Paulo, que é um ponto irregular de resíduos, que hoje em dia atua com serviços de ecoponto. Padrão, tudo o mais, a questão de serviços, a questão da pessoa não estar penalizada com o descarte irregular, que atualmente, para a contratada e contratante, é o quê? Você justamente utilizar o ecoponto para não não caber em penalidades. A multa, atualmente, varia de R\$ 530 reais a R\$ 13 mil, e a apreensão do veículo para descarte irregular de entulhos. De resíduos como um todo, também. Então, o que o ecoponto recebe? O ecoponto recebe resíduos de construção civil, que são armazenados nas caçambas estacionárias, os volumosos, que são armazenados em baias, divisórias, e os recicláveis, que são armazenados em contêiner que são chamados de cicleias, também. E as cicleias, no caso, os resíduos reciclados, eles são encaminhados de acordo com a sua logística, noroeste e sudeste. Ele tem a destinação à cooperativa. Os entulhos e os volumosos, eles são encaminhados para os aterros de resíduos inertes e lá, eles têm a devida destinação ambientalmente correta. Em dezembro de 2011, mudou a questão contratual, então o agrupamento noroeste ficou por conta da INOVA, e o agrupamento sudeste por conta da SOMA. Então foi resolvido um grande panorama que, antes, era na gestão compartilhada. O ecoponto antes, para quem não sabe, ele funcionava de segunda a sexta, das 8h00 da manhã às 17h00. Ou seja, o horário comercial, horário que ninguém estaria em casa para fazer esse tipo de serviço. Com essa mudança contratual, os ecopontos passaram a funcionar de segunda a sábado, das 6h00 da manhã às 10h00 da noite, domingos e feriados das 6h00 às 18h00. Aqui é um exemplo de um ecoponto bem organizado, é o quê? Agora, a questão de limpeza, armazenamento... E aqui, não sei se vai estar visível para todos, a demanda da quantidade de resíduos que o ecoponto recebeu. De 2011 para 2012, quase chegou ao dobro da quantidade de resíduos, justamente



pelas maiores unidades, as implantações, e também pela questão horária, aonde todas as pessoas, hoje, se adequaram mais aos horários dos ecopontos. Agora, no mês de maio, todos os ecopontos receberam 40.613,30 m³, sendo a maior parte, a questão dos volumosos, pelo tamanho também, seguidos de entulho e recicláveis. Recicláveis ainda continua 3.435,45 m³. Outro dado curioso dos últimos anos: 2010 recebeu, durante todo o ano, 123,5 mil m³, em 2011 foi para 223 mil, 2012 atingindo 399 mil, e 2013, só durante esses meses, 140 mil. Então, só esses 5 primeiros meses, você já tem uma proporção da quantidade de resíduos que o ecoponto está recebendo, e conseqüentemente você já tem a percepção que a população está aderindo mais ao serviço do ecoponto. Outro gráfico dinâmico aqui, são as regiões que mais recebem... que mais utilizam o ecoponto. Primeiro nós temos a zona leste, com 47%, zona sul, 27%, zona norte, 14%, centro, 7% e zona oeste, 5%. O porquê? Principalmente, além das quantidades de ecopontos que existem, locais, também, a quantidade de reformas que ocorrem nessas regiões, que são regiões mais carentes, mais periféricas. No entanto, que a zona leste é seguida da zona sul. Outro dado curioso também é que na zona oeste, eles, apesar de ter somente 7 ecopontos, mas o próprio centro da cidade, com 6 ecopontos, tem uma demanda maior do que a zona oeste. Porque, principalmente, quando as pessoas vão para os seus trabalhos, elas já aproveitam, levam seus resíduos no carro, descartam nos ecopontos do centro, e já seguem sua rotina de trabalho. Agora, a questão de reciclagem de resíduos da construção civil é justamente para atender também, o item da resolução CONAMA, e é o quê? Você utilizar o agregado reciclado para benefícios públicos. Ou seja, pavimentação, pode ser utilizado também na operação tapa-buraco, construções, até mesmo de casas populares. E, além disso, a questão dos ecopontos também... com isso, com o agregado reciclado você tem o que? A economia dos cofres públicos, você tem a diminuição no impacto ambiental, tanto poluição do solo, água, do ar, a utilização do agregado reciclado, e diminuir os pontos viciosos na cidade de São Paulo, atingindo assim, uma sociedade sustentável. Bom, basicamente é isso. Se alguém tiver alguma dúvida, pode perguntar. Obrigado pelo espaço.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Adler, pela exposição. E gostaria de marcar a presença do nosso Secretário de Serviços, doutor Simão Pedro. Passaremos ao segundo item. Alguém gostaria de fazer alguma pergunta para o Adler? Por gentileza...

Cons. Ângelo Iervolino: Bom dia a todos. Ângelo Iervolino, Sociedade Ambientalista Leste - SAL, Leste 3. Bom dia, secretário. Bom dia, Simão Pedro. Estivemos juntos antes-de-ontem. Até cheguei já, a mencionar isso em reuniões passadas. Há uns 7 anos, 6 anos atrás, nós temos, na zona leste, um grupo que tratamos de resíduos em geral. E nós estávamos em uma reunião na Câmara Municipal, quando o então secretário Eduardo Jorge trouxe a notícia do que o prefeito, na época, o Serra, havia assinado uma lei na qual, ou portaria, na qual toda subprefeitura teria de utilizar o material proveniente da construção civil, dos RCC, na aplicação de tubos, guias, calçadas. Mas até hoje, isso não é aplicado porque não tem beneficiador para esse material. A gente, na zona leste, desde então, nós estamos trabalhando para conseguir parceiros, para trazer essa usina, mas esbarra no zoneamento. Que esse equipamento, pela legislação, só pode ser na **EIR3**. Esse é o primeiro. Segundo, eu sou morador da zona leste, hoje estou prestando serviço para a subprefeitura de São Mateus na gestão ambiental. Apesar do número da zona Leste ser a primeira, a que mais descarta nos ecopontos, a gente repara ainda, muito descarte irregular. Por que acontece isso? Zona leste, como todos sabem, principalmente no fundão da zona Leste, é bem carente. Não tem ecoponto próximo, e quem vai fazer uma reforma pequena, que não compensa estar contratando uma caçamba, contrata



carrinheiro, e o carrinheiro, o primeiro terreno baldio, ele está jogando esse material. Eu acho que a gente deveria pensar, talvez, em uma questão intermediária, de talvez colocar, nesses locais, como se faz em algum lugar ainda, com lixo orgânico, caçambas, onde esses pequenos produtores poderiam estar jogando esse material para depois a prefeitura mandar recolher. Terceira questão, na apresentação o colega falou a respeito dos locais onde são feitos os ecopontos. Nós temos referência na 1 da zona leste, ele está a menos de 20 metros de um córrego, que pelo que o colega falou, isso não poderia ser possível ter acontecido. No momento, é só. Um bom dia a todos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado.

Cons. Gilberto Natalini: Obrigado. Bom dia, secretário Ricardo, Simão Pedro, bom dia a todos. Eu tenho duas perguntas numéricas. Você deu uns dados aí, logo no início, da quantidade de resíduos da cidade. Eu uso, ontem mesmo fiz uma palestra, uso outros dados. Então, eu queria aferir, perguntar a você, os resíduos produzidos na cidade, quando dá em tonelagem... Parece que você falou em 12 mil por dia. E a gente trabalhava com 16 mil, 15 mil.

(fala sem microfone)

Cons. Gilberto Natalini: Então, eu queria que você pudesse, talvez aí, me esclarecer isso. E também, a tonelagem de entulho. Exatamente porque a gente trabalhava com dois números. Uma tonelagem oficial e uma tonelagem real. A tonelagem oficial era 4 mil, a tonelagem real era 8 mil. Então, não sei se você pode responder agora, mas fica a minha dúvida. E o terceiro ponto de dúvida é quanto está sendo, em termos de porcentagem, se você tem condição de responder, quanto está sendo reaproveitado por aquele processamento que você mostrou? Quantos por cento, do que é recolhido, está sendo reaproveitado? Só em termos de números. Mais nada. Obrigado.

Adler Antunes de Carvalho: Quanto à primeira dúvida, a questão dos 12 é um dado quantitativo, na verdade, de 2012. 2012 foi levantado que a população, a cidade de São Paulo gera 12 mil toneladas de resíduos por dia. É um dado de 2012.

Oradora não identificada: Só um esclarecimento. É só um diferencial, o que é gerar e o que é coletar? Sempre...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pela ordem, depois a senhora vai ter a palavra, a senhora está inscrita. Por gentileza.

Adler Antunes de Carvalho: Agora, quanto à outra questão, a quantidade concreta, real, da quantidade de entulhos que a cidade gera, é um dado calculado, porém não preciso 100%, devido aos descartes irregulares, devido também a empresas cadastradas. Porque são três sistemas. As empresas cadastradas são as áreas de transbordo e triagem, são os ecopontos. E são também a coleta domiciliar. Temos os dados, sim. Posteriormente, posso encaminhar para vocês, tentar pegar o dado mais concreto possível, porém 100% nunca vai ser, por causa dessas outras questões. A outra pergunta quanto ao reaproveitamento. Em 2011, também, foi determinado pela Secretaria de Serviços, que os aterros conveniados com a prefeitura, aterros de classe 2 B inertes, eles teriam, por obrigação, fazer a reciclagem de "no mínimo" 10%. Atualmente, pelo dado que eu tenho conhecimento, estão fazendo a reciclagem de cerca de 3



a 5% do agregado reciclado. Os aterros de classe 2 B inertes, conveniados com a prefeitura de São Paulo, eles já possuem a tecnologia, e atualmente, eles estão fazendo estudos... que até mesmo parte... é um dado curioso, que até mesmo parte do entulho reciclado, parte de serragem, areia, que acaba sobrando, eles estão fazendo estudos para ver se eles utilizam também, na agronomia. Que segundo engenheiros agrônomos, eles falaram que pode ser bem-vindo também, para eles. Então, é um dado curioso, que eu fiquei também, sabendo essa semana, não tinha ciência. Mas a faixa etária é essa, mas até breve prazo deve estar atendendo os 10% que foram solicitados pela prefeitura de São Paulo. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Pela ordem, Ângela. Então, senhor Ivo.

Cons. Ivo: Bom dia senhores, secretário, Simão Pedro, e a todos aqui deste Conselho. Eu queria fazer uma pergunta: essa meta é quando? Como e quando? Porque a questão do zoneamento é muito séria. Nós conseguimos avançar essa questão do ecoponto na Conferência de Saúde Ambiental. A Leste levou a proposta. Porque antes era um ecoponto por subprefeitura. Através dessa Conferência que a Leste fez uma proposta, conseguimos colocar por distrito das subprefeituras. Mas tem um grande empecilho: o zoneamento. Porque ele sugere um... Só o Plano Diretor que vai poder mudar essa visão. A gente só vai avançar nisso... eu levei um ecoponto para Osvaldo Vale Cordeiro há 2 anos, quase 3, e que agora está em licitação lá, mas não entrou em funcionamento. Porque nós fomos delegado de diversas conferências, nós trabalhamos nas questões ambientais da cidade pela Agenda 21, há muitos anos. E nós temos a consciência que a gente não pode viver de fantasia. Porque se pensar agora, e há quase 3 anos, eu sugeri um ecoponto na Osvaldo Vale Cordeiro, que é um dos distritos de Itaquera... Itaquera nós só temos 2 ecopontos. Um funcionando, outro não, e são quase 600 mil habitantes. Quatro distritos. Agora, vê a realidade que se aponta, e a realidade que nós vivemos. Temos que olhar isso com frieza, para poder avançar. Para poder o Conselho discutir formas de a gente poder conseguir avançar essas questões. Se não, a gente vai ficar só sonhando. É só. Obrigado.

Adler Antunes de Carvalho: Quanto à implantação, o maior problema de São Paulo como um todo, principalmente, talvez, para as questões dos resíduos sólidos de São Paulo, é justamente o zoneamento. Ecoponto sofre com isso, coleta seletiva, centrais de triagem, então justamente... Agora, a questão de prazo exato para ser revistas essas questões do zoneamento, estão sendo discutidas. Não tem o prazo. É um planejamento novo. E posteriormente, espero que todos teremos acesso. Quanto à demora, justamente, de atender o ecoponto, também parcerias privadas. Então, a partir do momento que a... Existem casos, não exatamente dessa questão de Itaquera, que as subprefeituras indicam e posteriormente devem disponibilizar, e existe certa demora na questão de disponibilizar as áreas para efetivo projeto. Outras questões também, que são fatos isolados também, são algumas unidades que existem, e posteriormente, por um equívoco local, foram depredados. São quatro ecopontos depredados. Sendo que dois foram inaugurados. Então, além da questão ambiental e social para aquela região, tem também a questão da verba pública que foi disponibilizada. Então tem a questão desse prejuízo nos cofres públicos também. E a intenção do ecoponto é tentar, justamente, atender a essas regiões, que são mais restritas, embora são áreas que a população gera mais resíduos, principalmente no caso de construção civil. Volumosos a maioria, como vocês já sabem, acontece principalmente no fim do ano. Que são as trocas dos móveis das pessoas. Então, a intenção é atender. Porque só os ecopontos que são locais,



ainda não atendem. Principalmente, também tem outra questão, que é a questão de transporte. Algumas pessoas têm a disponibilidade de levar com veículo próprio, outras pessoas não têm veículo, e outras pessoas dependem do carroceiro. Só que nunca terão a certeza de que eles estarão fazendo o serviço que ela solicitou, ou não. Então também há um estudo, que até em curto prazo, eu espero que seja resolvido, que aí seria a questão socioambiental. É o quê? Você disponibilizar, em todos os ecopontos, papel simples, de recibo, de entrega dos resíduos, posteriormente, se o carroceiro levar até o ecoponto, ele ganhará esse recibo, e aí, conseqüentemente, a pessoa vai ter o comprovante, e vai estar acertando o valor combinado com ele.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pela ordem, o Conselheiro Abel.

Cons. Abel: Você acabou de responder o que eu ia te perguntar. Eu ia te perguntar como é que a gente faz o controle desse carroceiro, desse cidadão que nem o lervolino falou, que ele pega um material, madeira, ferro-velho, e descarta em qualquer local. Qual é o controle que teria para ele ir para o ecoponto? Qual o incentivo que ele teria para ir para o ecoponto descartar esse material?

Adler Antunes de Carvalho: Então é justamente a questão de incentivo, todos nós sabemos que o incentivo é o quê? É o financeiro. Não tem como fugir disso. Só que o gerador é responsável pelo resíduo. A partir do momento que gera. Então o único comprovante que ele teria seria essa ideia desse papelzinho de recibo nos ecopontos. Que é uma alternativa para a pessoa ter o controle, ter a ciência de que o carroceiro foi ao local certo, e posteriormente, fazer o pagamento. Só que aí, entra em outras questões sociais também. A questão de adequação a isso, e principalmente, a questão de viagens. O carroceiro perderia certo tempo de ir ao ecoponto e voltar na mesma residência. Então, até mesmo questões de pagamento. Então tem que ser bem analisado isso, para que ninguém seja... não seja beneficiado, é uma... talvez, às vezes, até algumas ideias simples podem fazer resultados. Espero que vingue isso também.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A presidente da mesa abriu uma exceção, dona Eliana, com a palavra. Qual a sua pergunta?

Cons. Eliana: Eliana, Secretaria da Saúde. Eu gostaria também, no mesmo viés do doutor Natalini. É o seguinte, eu também tinha algumas dúvidas em relação aos números, e acho que um esclarecimento. Quando você joga um valor do índice brasileiro da coleta, uma destinação da construção civil, em nível de todos os municípios brasileiros, o dado de 72,44, a gente não pode confundir de que seja uma destinação adequada. Uma destinação de sustentabilidade na ponta em todos os seus elos da cadeia. Então, o fato de fazer o manejo, isso não é necessariamente, que nós entendamos aqui, que seja um manejo sustentável. Mesmo porque existe uma deposição fantástica de resíduos irregulares em São Paulo, que é o carro-chefe, um exemplo nessa área, e você imagine então, as regiões brasileiras de norte, nordeste, não é isso? Então esse dado, 72,44 eu questiono o nível de sustentabilidade. Com relação ao que foi colocado também, o que parece é que existe uma falta muito grande da divulgação de ecopontos em São Paulo. Então, muitas vezes, nós temos um serviço que a gente sabe que precisa ainda ser atingido, melhorado, mas pouco se divulgou, durante todos esses anos, para a população, o que fazer com esses resíduos. Então se existe a lei punitiva de que quando se é pego em flagrante e tal, tem a figura da multa, que é importante, postos ecopontos. Mas é



preciso que haja um processo de divulgação maciça dessas informações. Eu falo porque eu estou na coordenação de um programa, muito grande, pela Saúde, que é o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis do PAVS. Esse programa, ele atua em projetos de educação socioambiental. De projetos de intervenção local. Então, são grupos que pegam o município de São Paulo inteiro, com projetos que são solicitados pela comunidade. Então, nós atuamos, só para nível de esclarecimento, em vários eixos temáticos. E um deles, é a questão de resíduos que é, realmente, onde pega no município. Então, se levantam projetos de gerenciamento e mobilizam instituições parceiras, enfim, e a comunidade. E a grande dificuldade nossa, é exatamente ter as informações e a gente poder ser, efetivamente, um parceiro de vocês. Porque o programa está com 900 projetos de intervenção junto à comunidade. Então é o momento de somar esforços para que a gente possa caminhar com mais velocidade. Não só no tratamento da destinação, mas que a população também se aproprie e que a gente chegue ao território com o serviço. E a gente pode colaborar nesse processo de difusão e de capilaridade através do programa. Então eu sugiro que a gente possa estar podendo discutir, mesmo porquê, existe no contrato de INOVA, com as empreiteiras, serviços, trabalhos ligados à educação e divulgação dos dados. Então é preciso que também, as empresas se abram com outros parceiros, da própria prefeitura, e da sociedade civil organizada. Eu acho que isso é uma reivindicação no sentido de se posicionar como um elemento ativo desse processo de difusão. Me coloco nessa disposição.

Adler Antunes de Carvalho: Legal. Então, como servidores públicos antepassados, a maioria aqui eu espero, eu creio, o que acontece? Nós sabemos que o maior problema do órgão público, talvez, seja até a própria comunicação. Então com essa nova hierarquia de limpeza urbana, divisões de departamentos, atualmente existe uma divisão, que é a divisão de planejamentos. Então, o que acontece? A questão de planejamento, junto com as empresas INOVA e SOMA, eles estão fazendo estudos para a questão da divulgação do ecoponto. Porque o ecoponto tem que atingir, no mínimo, 1 Km do raio do equipamento. Então muitas pessoas, hoje em dia, não têm o acesso às informações. Ou por questões de conhecimentos ou vontade, e a intenção é justamente você tentar recuperar essas pessoas para a questão da adequação do ecoponto. O valor que foi aumentado, como vimos na apresentação, são dois fatores. O principal, a questão do horário, que foi ampliado, e o segundo seria a penalidade. Infelizmente, alguns critérios básicos de educação e conhecimento, às vezes, parece que tem que ter uma legislação, alguma penalidade, para a pessoa se sensibilizar. Não é 100% isso. Isso é só um fato isolado. Como podemos ter o exemplo da questão das faixas de pedestre. Sempre foi proibido parar na faixa de pedestres. Teve uma campanha muito boa, uma campanha até considerada infantil, mas que hoje, os motoristas se sensibilizam mais, para evitar de deixar os seus carros parados em faixas de pedestres. A questão do intuito do ecoponto é o que? Você tentar fazer a divulgação em transportes públicos. Exemplo, TV ônibus, TV minuto, que têm nos metrô e nos ônibus da SPTrans, onde você consegue atingir maior número de pessoas. O maior veículo de informação acabam sendo esses. Além, é claro, do que já existe. Que são os noticiários em rádios, eventualmente em televisões, em jornais, principalmente Jornal do Bairro, que é distribuído gratuitamente pela subprefeitura local. Esses estudos já existem, em breve, talvez, possam dar sequência nesses estudos. E foi em outubro de 2012, teve a divulgação na TV ônibus, onde foi feito um vídeo, com slides rápidos, demonstrando a importância do ecoponto. Agora, esse novo setor de planejamento da AMLURB, o intuito deles é justamente sensibilizar as pessoas a terem noção, ter conhecimento do benefício que ela está tendo, e fazendo para o meio ambiente, em panfletos, cartilhas



locais, que as equipes SOMA e INOVA distribuirão. Então, a questão da divulgação já está em estudo. Provavelmente em curto prazo já deve estar sendo executada, também.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. A coordenação agradece ao Adler. Agradecemos sua brilhante exposição. Obrigado.

Adler Antunes de Carvalho: Obrigado pelo espaço.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Passaremos agora, à segunda exposição, sobre TAC – Termo de Ajuste...

Cons. Ângelo Iervolino: Por questão de ordem, por gentileza. Não querendo ser chato. Têm duas coisas que eu acho importante, uma porque essa casa aqui funciona como um multiplicador. As informações aqui trazidas, nós procuramos levar para a nossa comunidade. Que seria: quais as restrições de materiais para o ecoponto que existem. Existem restrições.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu vou deixar o Adler responder, mas só lembrar ao senhor o seguinte, senhor Ângelo. Aqui, nós temos uma conduta que o senhor, como é antigo de Conselho, sabe. O senhor estava inscrito. Poderia antes de terminar as inscrições, ter feito a sua pergunta, mas pode fazer, que o Adler vai responder ao senhor.

Cons. Ângelo Iervolino: Eu estava... Digo, enquanto ele estava falando, eu estava com o braço levantado, aguardei para ver se algum colega fosse fazer essa pergunta, porque eu me estendi...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito, senhor Ângelo.

Cons. Ângelo Iervolino: E a questão, o segundo item, na apresentação, ele falou que até 50 quilos, o munícipe pode colocar no lixo comum, separado. Ora, passa 3 vezes por semana, o coletor, 150 seria por semana, se alguém... Como vai virar nosso aterro, que nós já estamos com problema de aterro? Por isso, naquela indignação, segunda que eu fiz, que não foi respondida, eu vou considerar como sugestão de ter equipamentos para facilitar a entrega. Eu vou, como sugestão para a secretaria, para pensar. Obrigado.

Adler Antunes de Carvalho: Quanto à restrição de resíduos, por lei municipal, os ecopontos recebem três tipos de resíduos, que foram citados: são os resíduos de construção civil, os volumosos, que entraria madeira, poda de árvores, móveis, e os reciclados. Atualmente, o panorama do ecoponto, por lei municipal, é não receber resíduos que sejam distintos desses. Porém, junto com o novo setor de planejamento da Limpeza Urbana, está sendo discutido isso. Então a questão do gesso, embora ele tenha sofrido alteração na resolução CONAMA, a prefeitura de São Paulo ainda não possui tecnologia para dar destinação do gesso, e fazê-lo reciclado. Quanto a outros tipos de resíduos, tinta, telha de amianto, são grandes problemas, porque são os resíduos industriais perigosos, e o ecoponto, ele não pode receber resíduos perigosos. Então, a questão estudada, para pelo menos receber outros tipos de resíduos. Talvez, posteriormente, lixo eletrônico, pilhas, baterias, que hoje também, o ecoponto não tem estrutura para comportar isso. Além das questões das ideias, temos também que ter que pensar na questão de logística. Como fazer a destinação ambientalmente correta dos resíduos. Que aí também, entraria em questões contratuais, pelo qual a prefeitura de São Paulo deveria



ter aterros cadastrados, conveniados, para determinados tipos de resíduos. Então está sendo discutido, mas alguns resíduos ainda são, realmente, uma incógnita, que nem a própria Cetesb tem alternativas para destinação ambientalmente correta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Adler. Segundo ponto: exposição sobre TAC – Termo de Ajuste de Conduta, pela bióloga Luciene Lopes Lacerda, coordenadora do DECONT 12, Grupo Técnico de Recuperação Ambiental das Áreas Degradadas do Departamento de Controle de Qualidade Ambiental da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Luciene Lopes Lacerda: Bom dia. Meu nome é Luciene, eu sou bióloga, sou especialista em meio ambiente, eu trabalho no DECONT, trabalho aqui na Secretaria do Verde desde 2009. Atualmente estou na coordenação do grupo técnico de recuperação de áreas degradadas no DECONT. Eu estou aqui com os meus dois diretores, que é o Luiz Fernando, que é o diretor de DECONT, **Juair**, diretor de DECONT 1. E eu vou fazer a apresentação hoje, sobre Termos de Ajustamento de Conduta. O DECONT 12, nós trabalhamos especificamente com recuperação de áreas degradadas, mas no sentido de recuperação de danos. E esses danos, hoje, no município de São Paulo, por meio da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, eles são recuperados, são reparados por meios de Termos de Ajustamento de Conduta. A apresentação, ela vai ser... talvez fique um pouco cansativa, porque a gente tem que tratar da legislação. A gente tem que conhecer a legislação ambiental para entender o porquê, e como a gente trabalha. Bem, o embasamento legal, eu acho que é o ponto principal dessa apresentação. E nós nos baseamos na Lei Federal, na lei de crimes ambientais, que é a 9.605 de 1998, especificamente nos artigos 72, no parágrafo 4, e artigo 79. O Decreto Federal que veio para firmar essa Lei Federal, que é o decreto 6.514 de 2008, no artigo 139, o Decreto Municipal número 42.833 de 2003, nos artigos 15 ao 19, e a Portaria 02, de 2009 DECONT/SVMA e a Portaria 03, de 2011, que é o nosso termo de referência específico para reparação de danos em vegetação, de árvores isoladas. De vegetação de porte arbóreo. A Lei Federal 9.605 ela diz que a multa, quando uma pessoa comete uma infração, recebe um auto de multa, um auto de infração, essa multa, ela pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. O por isso que nós temos os Termos de Ajustamento de Conduta. Que a partir do momento em que ele comete um dano ambiental, uma coisa que tem que ficar muito clara, a princípio, que os TACs, eles não são obrigatórios. Ele é um instrumento de reparação. Mas necessariamente, não é o único instrumento de reparação. A reparação do dano, sim, é obrigatória. O infrator, ele pode ser cobrado judicialmente. A reparação pode ser cobrada judicialmente. Ele, necessariamente, não precisa firmar um TAC junto à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Então o infrator, ele se dispõe a recuperar o dano por meio do Termo do Ajustamento de Conduta, até mesmo porque ele tem alguns benefícios, digamos. Benefício porque ele tem um desconto, caso o TAC seja cumprido, de 90% na multa. O artigo 79A fala o seguinte: para o cumprimento do disposto nessa lei, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA não é só a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em nível estadual e federal também, faz TACs, responsáveis pela execução de programas e projetos, e pelo controle de fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais, efetivamente ou potencialmente poluidores. E aqui fala que o termo de compromisso a que se refere esse artigo, ele destinar-se-á exclusivamente



a permitir que pessoas físicas ou jurídicas possam reparar os danos que cometeram, e adequar suas atividades de forma a manter a qualidade ambiental. O que precisa constar em um Termo de Ajustamento de Conduta? O Termo de Ajustamento de Conduta é um contrato. Ele é firmado entre o infrator e o órgão ambiental, no caso, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A Lei Federal, ela normatiza que todos os TACs sejam elaborados em qualquer instância, e tem que ter, no mínimo, nome, qualificação e endereço das partes compromissadas, o prazo de vigência do compromisso. Esse prazo, ele vai se dar de acordo com a complexidade da recuperação do dano ambiental. A descrição detalhada do objeto, ou seja, o que o infrator efetivamente vai ter que fazer para cumprir a reparação do dano ambiental, quais são as obras e atividades que ele vai ter que executar, as multas... E também tem o seguinte: ele vai ter que apresentar valor do investimento previsto, cronograma físico de execução e de implantação, com metas trimestrais a serem exigidas. Esse metas trimestrais varia. Muitas vezes, essas metas podem ser semestrais, e aí, a partir do momento em que a equipe que faz a análise do projeto técnico, ela avalia, e dá esses prazos de acordo com a sua avaliação. As multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada, nos casos de rescisão em decorrência do não-cumprimento das obrigações nele pactuadas. Muitas vezes o pessoal fala assim: *“Ah, vai assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, e se ele não cumpre?”* As multas de Termo de Ajustamento de Conduta são altíssimas. Então a gente conversa muito bem com o infrator. Fala: *“olha, o Termo de Ajustamento de Conduta, ele tem que ser cumprido porque senão, o senhor vai ser penalizado duas vezes: porque vai ter que fazer o pagamento das infrações ambientais, e as multas do Termo de Ajustamento de Conduta, que são muito altas.”* Só que o valor da multa que tratou o inciso anterior, ela não pode ser superior ao valor do investimento previsto. Por isso que a gente pede o cronograma, a planilha de custos, para verificar o quanto ele vai gastar, para na hora de balizar o valor da multa, a gente tenha um teto. E o foro competente para dirimir litígios entre as partes. Porque é um contrato. A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento. E também não impede que novas ações ambientais sejam realizadas no local. Então o infrator, com o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com a Secretaria, isso não o exime de novas ações fiscalizatórias. Ele está sujeito a levar novas multas, a sofrer novas penalidades, caso cometa novos danos. Considera-se rescindido de pleno direito o Termo de Compromisso, quando descumprida qualquer cláusula do contrato. O Termo deverá ser firmado em até 90 dias, contados da protocolização do requerimento. Isso é um ponto delicado, até mesmo porque a complexidade dos casos, ela envolve um certo período para análise dos projetos. E muitas vezes, esses 90 dias não são cumpridos por culpa do próprio infrator, que não entrega o projeto de acordo com as diretrizes propostas pela Secretaria. Então a gente vai trabalhando em cima do projeto, pedindo por meio de comunique-se, adequações necessárias, até que a gente consiga obter, no projeto técnico apresentado por ele, as diretrizes necessárias para recuperação do dano. O Decreto Federal 6.514, de 2008, no seu artigo 139 a 141, ele reforça a lei de crimes ambientais, no sentido de falar: que a autoridade pode novamente converter a multa simples em serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Só que nem todos os casos são passíveis de assinatura de TAC. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente: execução de obras, ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração; implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente; custeio e execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação de meio ambiente; e



manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente. Muitas vezes, o infrator, ele vem até aqui, e fala o seguinte: *“ah, eu posso converter minha multa em equipar a Secretaria, doar computadores”*, e tudo o mais. Não. A gente só pode firmar um Termo de Ajustamento de Conduta dentro desses quatro itens, do artigo 140. Então é muito específico. Muitas vezes, ele quer ajudar alguma ONG, ele quer promover alguma atividade junto a órgãos que não sejam públicos, só que a legislação não nos permite dar essa abertura, para que o dano seja recuperado. Não será concedida a conversão de multas... A gente tem sempre que pensar. Quando eu falo em conversão de multas, é a assinatura do TAC. Não será concedida a conversão de multa para a reparação de danos que trata o artigo 1º do 140, quando: não se caracterizar dano direto ao meio ambiente; e a recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural. Então, muitas vezes, a gente vê multas ambientais por conta de não entrega de documentos, A equipe de fiscalização, muitas vezes vai até o local do dano, só que não verificam o dano. Pede a licença ambiental, ele não entrega. Então muitas vezes, assim, falta de documento, falta de licença, são coisas... Quando não há um dano direto ao meio ambiente, alguma burocracia que ele deixou de cumprir, a gente não tem como firmar Termo de Ajustamento de Conduta. E aí, ele paga multa integral... Ele não tem direito aos 90%, paga a multa integral. E, enfim, a gente encerra o caso. O decreto municipal 42.833 de 2003, nos artigos 15 ao 19, ele trata só de Termo de Ajustamento de Conduta dentro da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Ele é muito importante porque ele baliza o nosso trabalho. O Termo de Ajustamento de Conduta é um instrumento de título executivo extrajudicial, novamente, e tem como objetivo precípua a recuperação do meio ambiente degradado, o condicionamento de situação de risco potencial à integridade ambiental por meio de fixação de obrigações e condicionantes técnicas estabelecidas pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Isso também é outra discussão. Porque muitas vezes, o infrator, ele quer recuperar da forma que ele quer. *“Ah, eu quero fazer, eu quero plantar essa espécie, eu quero recuperar dessa forma”*, e não atende as nossas diretrizes. Então, nós temos o embasamento legal que é pelo artigo 15, que determina que quem dá as diretrizes de recuperação é a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Eu até coloquei um asterisco ali, que a Portaria 003, ela dá a competência do DECONT para dar essas diretrizes. Então o secretário, por meio da Portaria 003, ele atribuiu ao DECONT a passagem dessas diretrizes ao infrator. As quais deverão ser rigorosamente cumpridas pelo infrator em relação à atividade degradadora a qual se deu causa, de modo a prevenir; cessar; adaptar; recompor; corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Então, essa é uma dificuldade que o nosso grupo tem, em deixar muito claro que nós estabelecemos as diretrizes de reparação. Nós temos uma equipe altamente especializada, com engenheiros florestais, engenheiro agrônomo, biólogo, mais à frente vou fazer a apresentação do grupo, justamente para verificar qual foi o dano, estudá-lo e verificar quais são as diretrizes de reparação. A formalização do Termo de Ajustamento de Conduta implica suspensão da exigibilidade da penalidade da multa aplicada. Enquanto ele tem um Termo de... Quando ele entra com o requerimento de Termo de Ajustamento de Conduta, a multa fica suspensa. No entanto, ela corre juros, e a partir do momento que ele assina o TAC, cumpra o TAC, essa multa, ela vai ser aplicada com desconto de 90%, mas corrigida. O requerimento de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta será formulado pelo infrator. Então, é ele quem vem solicitar o requerimento para nós. O requerimento deverá ser instruído com projeto técnico de reparação de dano. A pedido do infrator, a autoridade competente poderá dispensá-lo da apresentação de projeto técnico, desde que justificadamente, acolhida a razão. Muitas vezes, um senhorzinho que podou uma jabuticabeira lá no quintal dele. Então ele levou uma multa, pelo dano. Ele cometeu um dano



porque qualquer poda ou supressão dentro do município de São Paulo, precisa de autorização do órgão competente, só que ele fez, e muitas vezes, ele realmente não tem dinheiro, não tem recursos para contratar um técnico responsável, para fazer o plantio de duas outras árvores dentro do próprio quintal dele. Então, se ele apresentar essa justificativa, a gente vai analisar, e muitas vezes, ele é dispensado do projeto técnico e ele mesmo vai fazer o plantio dessas árvores, vai fazer a assinatura do termo, e ele que vai se responsabilizar pela manutenção dessas duas árvores. Então em casos muito específicos, muito pequenos, onde o próprio infrator tem condições de recuperar o dano realizado, a gente abre, mediante o parecer da diretoria de DECONT, ele pode ser dispensado de projeto técnico. Constatada a ocorrência de infração ambiental, a SVMA deverá aplicar as sanções cabíveis, independente da formalização de Termo de Ajustamento de Conduta. É o que eu já falei. Isso não exime o infrator de, a partir do momento que ele tem um Termo de Ajustamento de Conduta, ele acha que ele pode fazer o que ele quiser, que não vai ser multado novamente. Engano. Vai, sim. Se devidamente instruído, o pedido de formalização de TAC deverá ser decidido em até 90 dias, contados a partir da data da protocolização. Isso vale para todos os termos de ajustamento de conduta instruídos de forma correta, sem que tenha nenhum comunique-se, sem que tenha nenhuma adequação a ser corrigida pelo infrator. O Termo de Ajustamento de Conduta deverá observar as exigências mínimas na legislação federal, que eu já falei. Cabe ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, bem como atestar seu integral cumprimento, ouvidas as unidades técnicas competentes, e salvas as hipóteses... isso não vem. Mas quem julga o TAC como cumprido é o Secretário. O Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente poderá delegar as atribuições (incompreensível) caput desse artigo. Como eu já falei, na Portaria 003, o Secretário de Meio Ambiente, na época, o Eduardo Jorge, delegou essas competências para o DECONT. Para o diretor de DECONT. Então é hoje, o diretor de DECONT que dá o TAC como cumprido ou não. A inexecução total ou parcial do convencionado no TAC ensejará a execução das obrigações dele decorrentes. Sem prejuízo das sanções penais e administrativas, aplicadas à espécie. Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em 90% do valor atualizado monetariamente. Mais uma vez: integralmente cumpridos. Senão ele vai fazer o pagamento da multa ambiental integral, fora as multas contratuais. Que eu já falei que são bem altas. A Portaria 02 de 2009 DECONT/SVMA estabelece procedimentos administrativos a serem adotados pelo DECONT, para análise e decisão sobre as solicitações de TAC. A Portaria 003 de 2011, ela dá as diretrizes do grupo técnico de recuperação ambiental de áreas degradadas, que é o DECONT 12. Então, quais são as atribuições desse grupo técnico? Análise e aprovação de projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas; análise e aprovação de projetos técnicos e orientação técnica e requerimentos de solicitação de Termos de Ajustamento de Conduta, com emissão de diretrizes para reparação dos danos ambientais por meio de comunique-se em Diário Oficial. O nosso meio oficial de comunicação de solicitação de adequação junto ao município, junto ao infrator, são os comunique-se. A gente não tem outro meio de comunicação. Só os comunique-se. São todos publicados em diário oficial. Acompanha o cumprimento dos TACs e os termos de recebimento de TAC, apoio técnico aos demais órgãos da municipalidade em projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas. Essas são as nossas atribuições, atualmente. O termo de referência que trata de danos em vegetação... só um adendo, ele está em revisão, hoje. Nós estamos revendo esse anexo do termo de referência, que se refere ao número de... É a quantidade de árvores a serem plantadas no caso de supressão, ou qualquer maltrato à vegetação. Hoje a gente tem casos, um infrator, ele cometeu dano em sete árvores. Ele teve que plantar quase 500 árvores por conta dessa degradação. Então, as penalizações são



severas, justamente para a gente acabar com... para a gente diminuir os danos ao meio ambiente. E hoje a gente está revendo isso, porque a cidade, ela está passando por uma reestruturação onde a gente precisa rever alguns pontos, principalmente em relação ao plantio em áreas públicas, nas calçadas. Alguns pontos relevantes do TAC: o TAC não é uma transação. Não é algo negociável, já que o bem tutelado não é disponível. O meio ambiente nunca é disponível, então a gente... A gente trabalha, a gente negocia prazos, a gente negocia cronograma de execução, mas nunca a reparação. Não existe negociação. Se cometer... o dano tem que ser reparado de forma a trazer de volta o que foi destruído. Não impede ações individuais ou coletivas por aqueles afetados ao dano. Então a sociedade civil pode ir junto ao Ministério Público, entrar com alguma representação, independente da assinatura do TAC ou não. Não pode prever obrigação que possa ser considerada inferior ao previsto na legislação. Permite acordo apenas na forma, tempo e lugar de cumprimento da obrigação. É o que eu já falei: a gente só negocia prazos de execução e formas de execução. Nunca reparação. A obrigação de fazer ou de não fazer. Isso é no sentido de fazer algo para recuperar o dano, ou deixar de fazer a atividade que leva ao dano. Requisitos específicos para cada caso e localidade. Por isso que o nosso grupo... Assim, todo caso... Existem casos muito específicos que a gente tem que sentar, estudar, avaliar, procurar a legislação, procurar bibliografia específica para verificar qual é a melhor forma de recuperação daquele dano. Então para cada caso existe uma recuperação. A gente tem termos de referência genéricos, porque cortar árvore, a reparação sempre vai ser plantar. Então a gente tem termos de referência. Agora, casos muito específicos, eles têm que ser estudados. O TAC deve ser líquido, certo e determinado. Isso no sentido de ficar muito claro para o infrator e para a própria municipalidade como esse TAC vai ser executado. Quais são as obras e atividades de execução. O contrato tem que ser muito claro. Ele não pode ter dúvida, tanto para o interessado na hora de executar, como para nós, na hora de monitorar. No caso do não cumprimento deve ser executado. Ou seja, aplicação de multa e cobrança judicial. Até então, o TAC, ele era um instrumento extrajudicial. A partir do momento em que ele não cumpre o TAC, a gente passa para a esfera judicial. TCA e TAC, o pessoal confunde muito. A compensação versus a reparação. O TCA, que é o termo de compromisso ambiental, que é assinado pelo DEPAVE, ele prevê mitigação por uma ação... Ele vai cometer. Então, é no sentido de compensar... Não seria um dano, mas compensar uma atividade que vai degradar o meio ambiente. Agora, o TAC não. O TAC já é uma reparação. O dano já foi cometido, não tem volta, ele vai ter que reparar. O TAC é uma obrigação civil e tem responsabilidade objetiva. Responsabilidade objetiva é no sentido, a gente não precisa... Aí entra mais na parte do direito, eu sou bióloga. Então, é naquele sentido de falar *"Você é o proprietário da área. Foi cometido um dano dentro da sua propriedade."* Isso já basta para essa pessoa ser responsabilizada. Mesmo ele não cometendo o dano. É como se ele tivesse... a partir do momento em que ele assume determinada atividade, ele está assumindo o risco dos danos que ele pode vir a cometer. Então isso seria mais ou menos responsabilidade objetiva. Como que funciona, de forma muito rápida, o procedimento do GTRAD, em relação à propositura de requerimento de TAC? Então o infrator deve comparecer ao plantão técnico, às terças e quintas-feiras, das 9h00 às 16h00, munido do auto de intimação, do auto de infração, e do auto de multa, para receber orientação técnica da equipe, para a gente poder dar, a princípio, quais são as diretrizes, o que ele vai ter que propor para recuperar aquele dano. Nós atendemos no 2º andar da Secretaria, lá na Rua do Paraíso, 387, somente às 3ª e 5ª. Porque nos outros dias, a equipe faz análise de projeto e faz as vistorias de monitoramento em campo. Autuação do PA de requerimento de TAC, com documentação da pessoa física ou jurídica, e o projeto técnico de recuperação do dano ambiental. Ao chegar



ao GTRAD, o PA é encaminhado a um técnico por competência. Então, todos os projetos de recuperação de danos em vegetação são encaminhados para os biólogos, para os engenheiros florestais, para os engenheiros agrônomos. Os danos, por exemplo, por poluição atmosférica, são encaminhados para a química. Então a gente tem esse cuidado, até por competência profissional, de distribuir os processos para quem tem o conhecimento, para quem é expert no assunto. O processo chega para o técnico, ele vai fazer a análise. No caso de adequação e complementação, a gente encaminha um comunique-se que é publicado em Diário Oficial. Isso não é obriga... A gente encaminha uma cópia do comunique-se com aviso de recebimento. Isso não está na lei. Nós fazemos justamente para reforçar, porque a gente quer realmente, que ele cumpra as nossas solicitações. Nos casos de abandono do interessado, o processo administrativo, ele é indeferido. Nos casos de atendimento às adequações, a equipe prepara um parecer técnico, e um protocolo de execução de TAC, que seria uma minuta com as diretrizes técnicas onde consta objeto do TAC, obrigações dos prazos, os quais são deliberados pelo DECONT Gabinete, junto ao Departamento Jurídico. No caso de aceitação das condicionantes técnicas, segue o PA para o **DECONT AJ**, onde dar-se-á a lavratura do TAC. A assinatura do TAC ocorre entre as partes, o infrator e o diretor de DECONT G. Após a assinatura do TAC, o processo volta para o grupo técnico para quê? Para que a gente realize as... acompanhe, faça um monitoramento da execução. Então, tudo que está escrito no TAC, executar obras de retaludamento, plantar X árvores, recuperar, retificar córrego. Então tudo isso, a equipe técnica vai a campo pelo menos duas vezes durante o TAC, ela faz no mínimo duas vistorias técnicas no local, para ver se todas as diretrizes estão sendo cumpridas de acordo com o estabelecido. Que no decorrer do período de manutenção... ali eu estou falando da vistoria técnica, aí no decorrer desse período de manutenção, no caso do não cumprimento das obrigações, a equipe intima o interessado a adequar o projeto aprovado, bem como as cláusulas do TAC. Então ele não cumpre uma primeira vez. Ele tem a oportunidade de se readequar. A vistoria técnica final verifica o cumprimento do objeto do TAC. Segue um parecer técnico final, com a sugestão de encerramento do processo, caso ele tenha cumprido todas as obrigações, ou segue sugestão de aplicação de multa contratual com posterior encerramento. Quando isso acontece? Por exemplo, ele tem prazos para entregar os relatórios de manutenção. Então ele tem que comprovar, fora em campo, que a gente verifica se ele cumpriu todas as obrigações, ele tem que comprovar isso também em relatórios, com ART – Atestados por Profissionais Qualificados. Se ele atrasa algum relatório, a gente cobra multa contratual. Isso está previsto no TAC. Então muitas vezes, ele só atrasa relatório, mas cumpre o objeto. Então a gente solicita o encerramento, mas cobra a multa contratual. Ou a rescisão do TAC, no caso de não cumprimento das adequações. Da recuperação do dano. Aí segue para a deliberação de DECONT G, e os encaminhamentos pertinentes. Cobranças de multas, os TRDs, que são Termo de Recebimento Definitivo, ou a execução do título. Hoje, agora em maio de 2013, o GTRAD tem uma equipe formada por 9 técnicos. 3 engenheiros florestais, 1 engenheira agrônoma, 2 biólogas, 1 geógrafo, 1 química e 1 arquiteta. Hoje, nós temos 511 PAs – Processos Administrativos, de análise e monitoramento. Fora os processos que entram para defesa de multa contratual, ou para defesa de rescisão. Os dados que eu trouxe é do último RQMA. Nós estamos trabalhando já no RQMA que vai ser publicado esse ano, que é referente a 2011. Mas a gente está observando que a tendência é quase a mesma. Assim, os danos, eles se repetem. Vocês vão ver que 80% dos danos cometidos no município de São Paulo, eles são em vegetação. Então, em 2011, de acordo com os dados... Ah, uma coisa importante: em 2011 foram cadastradas 1.225 multas. E a gente chegou à conclusão que... nesse mesmo ano, 103 TACs foram lavrados. O que contemplou 119 multas. Isso corresponde



à reparação de apenas 9,71% dos danos cometidos no município de São Paulo. Então apesar da gente ter, relativamente, muitos processos de requerimento de TACs, isso não representa nem 10% daquilo que deveria ser reparado. Em 2011, nós tivemos o plantio reparatório de 8.948 mudas, de espécies nativas. O TAC só permite o plantio de espécie nativa. Não exótica. Geralmente, a gente pede DAP 5, que é 1,30 m, circunferência de 5 cm. Instalação e manutenção de 7 sistemas de controle de poluição, compostos por coifas, filtros inerciais, redes de dutos, porta de inspeção, **dumper** corta-fogo, exaustor, lavador de gás e eliminadores de odor, na região do Ipiranga. Desimpermeabilização de solo em área de 3.649.549 m², realização de projetos de educação ambiental, e veiculação de sacolas recicláveis com frases de conscientização ambiental, recuperação de áreas de preservação permanente, instalação de postos de coleta seletiva, de coleta de pilhas e baterias, em postos de coleta seletiva de lixo, instalação de uma estação de tratamento de afluentes no interior do estabelecimento e ligação do mesmo na rede coletora da Sabesp na região de Ermelino Matarazzo, contenção e recuperação de talude localizado na estrada de Fernão Dias, destinação e armazenamento adequado de resíduos sólidos e líquidos, substituição de áreas impermeáveis por piso intertravado e grama, realização de avaliação ambiental preliminar, investigação confirmatória em áreas potencialmente contaminadas, revitalização e recuperação de praças, isso em diversos pontos da cidade. Então uma coisa que eu falei, que a gente tem observado que no ano de 2012 o padrão segue o mesmo. Cerca de 88,15 dos danos cometidos na cidade de São Paulo são referentes à vegetação. E a gente tem observado esse padrão também em 2012. Isso aqui é só para descontrair. Eu gostaria muito que a cidade fosse assim. Por isso que eu estou compartilhando. E obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Senhores conselheiros, estão abertas as inscrições. Abel, senhor Ivo. Senhor Abel. Mais alguém quer se inscrever?

Ivo: Ivo, Leste 1. Eu tenho uma pergunta...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Um minutinho só, senhor Ivo. Vera Lúcia, SMS, mais alguém?

Cons. Ivo: Me chama a atenção o trabalho de vocês, porque é recuperação. E a questão da cidade da... Aquela árvore que foi plantada sem noção de que as raízes destruiriam a calçada, atrapalhariam o passeio, estamos falando em termo de conduta, mas será que vocês não poderiam ajudar a buscar, na forma de lei, para mitigar essa situação, que a gente vive na cidade, que é muito séria? Item 1. Segundo... Daí você me responde. Eu tenho um caso interessante em Itaquera. Foi publicado em janeiro do ano de 2012, em uma publicação da retirada de 39 árvores de um talude de uma escola. Misteriosamente, a empresa tirou a metade. Metade está lá, disse que já faturou dinheiro. Eu queria que o DECONT... a contrapartida, que seria o replantio, porque é um talude que corre o risco de escorregamento, não foi cumprimento. Esse Ajustamento de Conduta, não tem como encaminhá-lo? Não tem como fazer uma vistoria nisso? Não. Eu falo porque é necessário, gente. Tem que trabalhar sério as coisas. Cada um tem que cumprir o seu papel de maneira correta. Faz a coisa pela metade, deixa, e depois já fatura, destruindo arquibancada, quadra, não recompuseram nada. Eu sou do Conselho de Educação também, e a gente acompanha as questões. Então me preocupa isso.



Luciene Lopes Lacerda: Então, a competência do nosso grupo técnico nós realizamos, no que o senhor falou, assim. As árvores que são plantadas inadequadamente, geralmente, é uma espécie muito grande, que a calçada não comporta. Todos os plantios reparatórios, eles passam por nós. Então, quando é cometida uma infração, ah, o município cortou uma árvore indevidamente, podou, qualquer dano em vegetação, quando ele vai promover o plantio reparatório, a gente só analisa projeto que tenha passado pela subprefeitura. Por quê? Por lei, nós não temos competência de autorizar plantios em áreas públicas. Então primeiro, o município pede para a subprefeitura áreas disponíveis para plantio, a subprefeitura dá o aval, ele faz o projeto em cima dessas áreas autorizadas, e passa para nós. A gente vai analisar... isso é muito importante por quê? A gente avalia justamente para não ter esse problema futuramente, a gente avalia se a espécie que ele está propondo plantar é compatível com o tamanho da calçada, é compatível com o local, porque existem espécies que possuem espinhos, que possuem frutos que caem na calçada, a pessoa passa e escorrega, dependendo da floração. Então a gente toma esse cuidado para que plantios em calçadas públicas não sejam feitos com espécies inadequadas. Para não ter problema de infraestrutura, derrubar o muro, quebrar a calçada. E espécies, muitas vezes com elementos tóxicos. Então a gente toma esse cuidado. Mas a gente não tem a competência para pedir para que o município, para dar autorização para o município retirar essa árvore da calçada. Só a subprefeitura. Ele tem que ir até a subprefeitura, apontar o problema, fazer um relatório, fazer um pedido: *“Essa árvore está muito grande, está quebrando a minha calçada, está oferecendo risco à infraestrutura.”* Vai na subprefeitura, a subprefeitura avalia, e dá o parecer de retirada ou não.

Cons. Ivo: Uma outra pergunta para finalizar. É rápida. É só para finalizar. Eu fiz uma vistoria com a Sabesp em uma área que está contaminada, uma área de preservação no Parque Savoy City. Está contaminada, completamente contaminada. E que ação que se toma neste caso? É uma área que tem minas. E por motivo de talvez, funilaria (incompreensível), que ali não tem esgoto em uma certa região, tudo vai para essa área que está embaixo. Qual seria a posição de vocês?

Luciene Lopes Lacerda: Aí no caso é fazer a denúncia para a própria Secretaria e para a Cetesb também, que cuida das áreas contaminadas. A Cetesb tem um cadastro de áreas contaminadas, a Secretaria também tem, e aí, é o caso de encaminhar essa denúncia para o órgão competente.

Cons. Ivo: Está bom. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pela ordem, Abel.

Cons. Abel: Você não vai precisar responder, porque é a título de colaboração. Que os CADES regionais saibam onde o TAC vai ser aplicado. Isso, os TACs das regiões, regionais, está certo? Para acompanhar e analisar, e avisar o subprefeito. Árvores que morreram na compensação do rodoanel, do estado de São Paulo. Envolvendo a comunidade e os viveiros de Parelheiros, a partir de sementes, e não tirar mais mudas da mata.

Luciene Lopes Lacerda: Isso foi pela compensação do rodoanel.

Cons. Abel: Do rodoanel.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vera Lúcia, por gentileza.

Luciene Lopes Lacerda: Foi firmado um TCA, um Termo de Compromisso Ambiental acompanhado pela equipe do DEPAVE.

Cons. Abel: Mas não fui cumprido, ainda, não, não é?

Luciene Lopes Lacerda: Acho que eles estão cumprindo. Eles estão no meio do TCA. Assim, a gente está falando de... É que o pessoal confunde TAC com TCA. Aí no caso é o TCA.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vera Lúcia. Por gentileza, Vera Lúcia.

Cons. Vera Lúcia: Vera Lúcia. Eu sou gerente de vigilância e saúde ambiental da Covisa, Secretaria Municipal de Saúde. A minha pergunta é se existe alguma priorização no lugar onde deveria ser feita a compensação? E se essa priorização leva em consideração as ilhas de calor? Nós fizemos alguns estudos, em série histórica nos últimos cinco anos, com georreferenciamento e análise espacial dos casos. E nós temos observado que as ilhas de calor, no município, têm sido uma área muito crítica para transmissão de dengue. O vetor, ele faz a transmissão muito mais rapidamente, aonde você tem uma faixa de temperatura própria das ilhas de calor. Então, por isso que eu gostaria de saber se existe alguma política nesse sentido.

Luciene Lopes Lacerda: É preceito da recuperação ambiental, que a recuperação seja sempre feita na mesma sub-bacia hidrográfica. No caso, a gente pede que o dano seja reparado no próprio local. Muitas vezes, principalmente nos casos de supressão de vegetação, a quantidade de árvores a serem plantadas como forma de reparação, o infrator não consegue plantar dentro do mesmo terreno do dano, no mesmo local. Então a gente pede para que ele vá esgotando todas as possibilidades de plantio, no entorno. O que a gente pede é que a densidade arbórea inicial seja sempre mantida. Se ele cortou dez árvores, ele vai ter que plantar dez árvores no próprio local. Se não comportar mais árvores, ele vai procurar primeiro a calçada, depois a praça mais próxima, e assim por diante. Hoje, a gente tem um problema: a maior parte das denúncias, elas estão localizadas em determinados bairros. Eu acho que até por uma questão de conscientização ambiental. A população denuncia mais crimes ambientais em determinados bairros. Então a gente sempre tem a reparação nos mesmos locais. Locais que hoje não comportam mais o plantio de uma grande quantidade de mudas. Então a gente está revendo isso, para que a gente possa destinar o plantio de árvores para outras regiões do município, para outras regiões carentes de vegetação. O extremo leste, por exemplo, é uma área carente de vegetação, só que a gente não tem denúncia. Acho que até por uma falta de conhecimento da população, por falta de conscientização, com certeza têm crimes ambientais, mas a população não denuncia. Partindo do pressuposto que a gente tem que recuperar o dano no local do dano, no local da infração, a gente quase não tem plantio nos extremos. No extremo sul, leste, oeste. Então a gente está trabalhando para mudar essa situação justamente para a gente equalizar a questão de árvores e de vegetação no município, e promover uma... trabalhar com essa questão das ilhas de calor, mesmo. A gente sabe que esses bairros, Jardim têm uma temperatura muito inferior ao extremo leste de São Paulo, que não tem vegetação. Então a gente... A nossa proposta, hoje, até o Luiz Fernando tem esse trabalho, a gente está procurando uma forma de publicar até em portaria, para a gente permitir que a recuperação se dê... Porque quando a gente fala bacia hidrográfica, é muito subjetivo. Qual é a bacia? O



município de São Paulo está em uma bacia hidrográfica se você considerar o maior rio, o Alto Tietê. Então, é sub-bacia? Bacia hidrográfica? Então a gente... nada impede que a gente recupere os danos em outras regiões da cidade, considerando a bacia do Alto Tietê.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pela ordem, o último Conselheiro inscrito, senhor Roberto, do CREA.

Cons. Roberto: Muito obrigado. A minha pergunta vai sair do varejo para o atacado. Eu queria primeiro cumprimentar a bióloga e a secretária, pelo excelente trabalho, e tentativa de minimização ou de reparação dos danos às denúncias feitas de crimes ambientais. Isso é um varejo, não é? Quem denuncia, vocês vão atrás. Parabéns. É muito difícil, eu sei. Eu fui Secretário de Meio Ambiente por 16 anos em uma cidade muito prejudicada da Grande São Paulo, que é Santana de Parnaíba. E eu queria passar para o macro. A poluição das... Eu sei que não é sua atribuição, me desculpe, mas é mais uma provocação para o secretário. Quem fiscaliza a poluição do Rio Tietê? Ninguém. Seria a Cetesb? Seria quem? A verdade, é que a prefeitura de São Paulo podia avançar nisso. Dos esgotos produzidos na grande São Paulo, segundo o professor Júlio Cerqueira César, professor da Politécnica, aposentado, do Instituto de Engenharia, 65 m³ por segundo são produzidos de esgoto, na grande São Paulo. Não se trata 30%. É o maior crime ambiental da região metropolitana. Eu acho que é isso que a gente tem... Claro que fazer o varejo. Evidente. Está muito bom até, do ponto de vista educacional. Mas do ponto de vista factual, é o maior crime ambiental. Seria a Sabesp a concessionária de 75% desses 65 m³ por segundo de esgoto produzido. Porque não adianta jogar na rede da Sabesp. A responsabilidade é dela, do tratamento. Exime-se a responsabilidade de quem jogou no coletor. Então esse é um grande problema. Não se tem notícia de pressão sobre esses responsáveis, 75 é da Sabesp. 25 é das prefeituras, porque algumas prefeituras não dão a concessão de serviço de saneamento básico para a Sabesp. Esse é um grande desafio. Me desculpe, secretário, passar isso. Aproveitei esse bom exemplo do varejo, e eu estou falando do atacado, que é isso aí que é o grande problema. Como é que a gente tem que... eu sei que está fora da alçada até da prefeitura de São Paulo. Mas ela é parte interessadíssima nisso. Me desculpe, mas essa é uma colocação que tem que ser jogada para o povo, principalmente para as ONGs, porque as ONGs se preocupam e muito, com os seus problemas locais. Mas o maior problema, não há dúvida nisso, é a poluição das águas na bacia do Alto Tietê. Quem é a maior responsável? Sabesp. Sem sombra de dúvida. Isso é um fato. E o gozado é que não há sensibilidade na sociedade civil. Eu estou aproveitando esse belo exemplo que a bióloga nos deu, de fiscalização, de TAC. Vamos fazer um TAC da prefeitura de São Paulo sobre a Sabesp? Eu denuncio, se precisar. Eu denuncio. Se precisar um denunciante, eu denuncio.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu agradeço. Devido ao adiantado da hora, e temos mais uma apresentação do presidente da AMLURB. Eu vou passar para o próximo item, que são as sugestões para a próxima pauta do CADES. Alguma sugestão para a próxima pauta? Senhores Conselheiros, então, não tendo, vamos passar agora a palavra, antes do presidente da AMLURB, ao Secretário, doutor Simão Pedro, para que, em seguida, nós tenhamos a apresentação do presidente Silvano.

Secretário Simão Pedro: Bom dia para todas e para todos os conselheiros. Nosso presidente do CADES, o secretário Ricardo Teixeira. Também quero cumprimentar o vereador Natalini, os funcionários da AMLURB que vieram aqui, acompanhar, a exposição do Adler e do Silvano Silvério. Quero agradecer a oportunidade, mas antes parabenizar pelo trabalho que vocês têm



feito pela cidade de São Paulo. O objetivo da nossa visita aqui, ao CADES, é dizer que nós estamos com um trabalho de parceria com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. No sábado, o prefeito Fernando Haddad publicou um decreto convocando a Conferência Municipal de Meio Ambiente com o tema Aplicando a Política Nacional de Resíduos Sólidos aqui no município. Todos conhecem bem a política nacional, tem prazos, metas... e nós queremos fazer um trabalho... um dos objetivos do nosso governo é aplicar aqui em São Paulo, a política nacional com todos os seus desafios. A conferência vai funcionar a partir do dia 1º de junho, culminando com a sessão plenária final nos dias 30, 31 de agosto e 1º de setembro, lá no Anhembi, onde nós queremos ter uma ampla participação de delegados escolhidos em um processo que vamos iniciar a partir do mês que vem, nas subprefeituras. Também queremos fazer três plenárias temáticas, porque temos consciência que nem todo mundo consegue ir lá participar do processo no âmbito local. Então nós queremos ter uma conferência temática também, para que dirigentes de organizações da sociedade civil, intelectuais, pesquisadores, o mais amplo setor da nossa sociedade, preocupada com esse tema, que possa participar, e também se credenciar para o processo da conferência. Para a conferência, quais são os grandes desafios que nós estamos colocando? Construir um plano municipal de coleta seletiva e reciclagem, que infelizmente nós não temos. O processo de implantação da coleta seletiva e reciclagem, ele não teve uma continuidade, um processo contínuo, por isso que nós temos esse patamar de apenas 1,8 dos resíduos coletados pelos consórcios na cidade de São Paulo são levados para a reciclagem. Então, um patamar baixo, e a nossa meta, como já foi divulgado, é chegar até 2016 com 10%. Que é pouco ainda para a quantidade de resíduos que nós produzimos. Se for considerar que cerca de 20% de tudo que é coletado é passível de ser reciclado, nós ainda temos desafios para o futuro bastante grandes. Mas iniciamos na segunda-feira, o lançamento de um plano de ampliar a coleta seletiva, com a construção de quatro centrais mecanizadas, para que cada uma, com capacidade de processar 250 toneladas por dia, mas nós precisamos ampliar a coleta para os distritos que ainda não têm. Mas o debate que nós queremos fazer também, agora, é como vai ser esse processo da coleta seletiva, como é que nós vamos trabalhar a conscientização, ganhar a confiança... recuperar a confiança da população. E então, temos um desafio muito grande aí, com isso. Outro tema que nós queremos discutir, o Silvano vai explicar melhor, detalhar melhor, mas nós vamos constituir cinco... além da coordenação, que queremos ter na coordenação do processo, participação aqui do CADES, a representação do CADES na condução da conferência, mas nós vamos constituir cinco grupos de trabalho intersecretarial, mas também com a participação da sociedade civil, para discutir vários temas. Um deles é este tema dos resíduos da construção civil, que de fato, é um drama que nós estamos vivendo na cidade. Esse problema dos pontos viciados, do descarte irregular. Preciso até e dar uma informação para vocês, que eu, por solicitação do sindicato dos caçambeiros, a partir de um trabalho de análise que a AMLURB fez, nós fizemos um decreto também, já publicado mês passado, reescalando as taxas do aterro. O prefeito Gilberto Kassab baixou um decreto, em novembro, aumentando a taxa de R\$ 9,60 para R\$ 16,50. Nós constatamos um problema, no mês de janeiro, fevereiro e março, que foi a queda do volume de resíduos da construção civil, que foram descartados nos nossos aterros. A queda de 50%. Então, estudamos, um dos problemas que nós verificamos foi esse aumento da taxa. Então nós resolvemos reescalonar. Diminuir para R\$ 13,00, esse ano, R\$ 15,00 o ano que vem, R\$ 18,00 em 2015, e R\$ 21,00 em 2016. Em um processo conversado com o sindicato da categoria, dos empresários do setor também. E também iniciamos um processo de diálogo com o sindicato da construção civil, estava comentando com o nosso Secretário Ricardo Teixeira, o Sindicato – SINDUSCON, vai também, iniciar uma campanha agora, de conscientização, junto



aos seus associados, para o descarte e o acondicionamento correto dos resíduos da construção civil. O vereador Natalini tem razão quando ele levanta essa preocupação dos dados. De fato, nós temos um dado oficial, mas nós temos uma situação de quase mil pontos viciados na cidade de São Paulo, que nós queremos iniciar um processo de combater isso, de tentar eliminar esse problema. Então, talvez, uma motivação seja o ato da Copa do Mundo, mas nós precisamos enfrentar esse problema com a devida atenção. E também nós estamos conversando, vereador, e demais Conselheiros, com as empresas que recebem, que têm convênio conosco e que recebem nos seus aterros os detritos chamados inertes, para que inicie um processo de ampliação da reciclagem desses produtos. De fato, a meta é muito baixa. Os dados que o Adler colocou aqui, são ainda, muito incipientes. Já recebemos lá, a direção da Foz, que toca o aterro aqui na zona sul, e estão importando também um equipamento e vão iniciar um processo de ampliação muito forte da reciclagem dos detritos que vão para lá. Porque tem um valor comercial muito grande. Então pode ser aproveitado, tem mercado para isso. Inclusive, o mercado institucional, como foi aqui, algum conselheiro levantou essa preocupação. Bom, nós temos o desafio de construir um plano de educação ambiental no município, nós temos o desafio de pensar coleta seletiva, nós temos o desafio de pensar a gestão dos demais resíduos, por exemplo, como diminuir o volume de resíduos que vão para os aterros, como é que a gente vai trabalhar os resíduos úmidos, que é o grande volume, é 52%. Se vamos solicitar trabalhar... aliás, de antecipar os investimentos que os consórcios têm obrigação, porque a construção das usinas de compostagem estão no contrato, colocados para o final do contrato, mas talvez é o caso da gente discutir um processo de já iniciar, antecipar esse investimento, a gente está conversando com os consórcios nesse sentido, mas... Ou seja, não queremos fazer uma coisa de cima para baixo. Não é porque o Silvano Silvério, nosso presidente, é um grande responsável pela construção da política nacional, e nós fizemos um esforço para trazê-lo para São Paulo, ele aceitou o desafio. Mas nós queremos... um grande especialista, um bom gestor e conhece muito desse assunto, mas nós não queremos fazer algo de cima para baixo. Não queremos achar que nós somos os detentores do conhecimento. Ao contrário. Nós queremos desde a participação do catador, do coletor, do trabalhador da área, do pesquisador, do legislador, dos funcionários gestores públicos, nós queremos, dos intelectuais acadêmicos, dos dirigentes de uma entidade comunitária, para que esse tema da gestão dos resíduos, da preocupação do que fazer com os nossos resíduos seja algo compartilhado com toda a sociedade. O empresário... Outro tema é a logística reversa, ou seja, como é que nós vamos estabelecer essa parceria com o setor privado, para que eles cumpram o que determina a legislação, de também participarem da recuperação dos resíduos que eles produzem. Então, já iniciamos um diálogo com a CEMPRE, que é a coalisão empresarial pela reciclagem, com outros setores como Sinitêxtil, Sindicato da Indústria Têxtil. Eu fiquei assim, assustado com o volume de resíduos que a indústria têxtil, principalmente nesse setor Brás/Bom Retiro produz e descarta, e quando eu soube que o Brasil... que as empresas, vários setores empresariais compram retalhos do exterior, importam retalhos dos Estados Unidos, da Argentina, da Europa, e nós descartando toneladas e toneladas aqui, na nossa frente, para os nossos aterros. Então construir aqui, em parceria com eles, uma central de reciclagem e aproveitamento dos retalhos, pode gerar trabalho, emprego, renda para muita gente. Mas também com... A CEMPRE, principalmente nessa área de embalagens, eles já se comprometeram conosco, provavelmente vamos avançar dentro desse processo da conferência, de estabelecer alguma parceria com o setor empresarial para que eles comprem o volume que nós vamos ampliar, da coleta seletiva, ou seja, para que também não tenhamos um problema aí de aumenta a coleta seletiva, aumenta a produção, mas depois, cai o preço.



Isso gera problemas. Nós queremos que... Nós estamos dizendo para o setor privado, *“olha, venham participar conosco, que nós vamos estruturar, vamos fazer a parte que cabe ao poder público, mas vocês têm uma responsabilidade. Vamos fazer uma parceria, para que a lei dê certo aqui em São Paulo.”* E também com o setor de produção de vidros, que já iniciamos um diálogo via FIESP. Ou seja, há uma condição muito interessante, há uma disposição da mídia em colaborar com campanhas. A outra coisa que nós estamos dialogando é com os consórcios responsáveis pela coleta e pela limpeza da cidade, de pegar o 0,5% que eles recebem mensalmente, e que eles têm que investir, pelo contrato, em educação ambiental e comunicação, para que esse pequeno recurso... Porque quando a gente fala em campanha de televisão, e campanha de mídia é muito caro. Mas que a gente otimize esse recurso para que não seja dispersado, para a gente ter uma ação mais efetiva junto à população, nessa área de comunicação, de conscientização, que nós pretendemos trabalhar. Eles aceitaram. Eles estão topando. Então acho que há um clima muito favorável da gente avançar nessa área, e nós queremos aproveitar essa Conferência convocada, ter a intensa participação desse Conselho, conhecimento que vocês têm, experiência que vocês já têm acumulada, para que a gente possa, de fato, oferecer a São Paulo uma legislação boa, mas uma legislação construída e que ela seja, de fato, um compromisso de todos, para a gente melhorar essa área de São Paulo, que a população, a gente sente, reclama muito, e a gente está devendo isso para São Paulo. Então, o objetivo nosso aqui, era compartilhar com vocês essa informação. Vir aqui buscar o apoio de vocês, a participação de vocês, para esse processo que, tanto a Secretaria de Serviços, que tem obrigação de gerir os contratos da limpeza, mas é um tema que tem tudo a ver, e que nós estamos construindo já, com a parceria da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, até porque a Conferência é Conferência do Meio Ambiente, embora esta conferência tenha esta especificidade de discutir a aplicação da lei nacional dos resíduos sólidos aqui na Capital. Então, parabéns mais uma vez ao conselho, ao trabalho que vocês vêm fazendo para a cidade de São Paulo. Desejar aqui, sucesso, mais uma vez, ao nosso Secretário e ao trabalho que vocês vêm fazendo, e reforçar esse convite. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado ao Secretário Simão Pedro, de Serviços. Agora, chamamos...

Orador não identificado: Eu só queria só fazer um comentário aqui. Secretário Simão, parabéns pela... E eu acho que aqui a sociedade civil está aqui para colaborar e ajudar no que for possível, tanto ao nosso secretário Ricardo, que tem dado todo o apoio para nós, e quanto à sua Secretaria. Estamos à disposição, a sociedade civil, para ajudar no que for possível.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado, Conselheiro. Com a palavra, agora, para apresentação, o presidente Silvano Silvério da Costa, presidente da AMLURB.

Silvano Silvério da Costa: Bom dia a todas e todos. Eu queria, inicialmente, agradecer aqui, ao secretário do Verde, a abertura que nos deu para essa apresentação, cumprimentar meu secretário, Simão Pedro, e também a todos os membros aqui do CADES. É um grande prazer estar conversando com vocês. Muitos de vocês eu já tinha visto e discutido em outros momentos, no Ministério do Meio Ambiente. E estamos aqui agora, com esse compromisso de implementar a política nacional de resíduos no município de São Paulo. Foi um desafio importante que eu resolvi assumir. Primeiro, pelo fato do convite ser do secretário Simão Pedro, que já o conhecia. É uma pessoa muito séria. E o que eles colocaram para nós aqui no município, era o desafio de implementar a política nacional de resíduos no maior município do



país. Então provavelmente aí, um desafio muito grande, e nesses quase 5 meses já deu para ver o tamanho do desafio. Então, eu estou encorajado a dar continuidade, até porque as perspectivas são muito interessantes. Essa discussão específica, que a gente vai fazer aqui com vocês, é o início dessa discussão. Estou trazendo aqui, para apresentar, o decreto do prefeito Fernando Haddad. É um decreto do sábado. E era para termos vindo aqui, Ricardo, antes, na reunião de março, mas não tinha o decreto, então não tínhamos, formalmente, nada para conversar com o CADES, mas hoje nós temos um decreto que é bastante fresco. Ele é de sábado, e nós estamos aqui na quarta-feira, portanto, 3 dias úteis do decreto publicado, para discutir já, com o CADES, a Conferência Municipal de Meio Ambiente, cujo objetivo da conferência é fazer a discussão com a cidade de São Paulo do Plano de Gestão de Resíduos. E, portanto, conforme o secretário Simão se referiu, poder dialogar com a sociedade o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, não só de Resíduos Sólidos Urbanos, mas todos os resíduos, resíduos sólidos urbanos, resíduos da construção civil, resíduos do serviço de saúde, os resíduos industriais da mineração, os resíduos agrosilvopastoris, que a cidade de São Paulo, apesar de ser muito urbana, ainda tem pequenos aglomerados rurais, os resíduos de saneamento, quer dizer, todos os resíduos que contempla a política nacional de resíduos, e a cidade tem um plano. E nós fomos informados já, do trabalho do CADES, em discutir no ano passado algumas diretrizes, estratégias para o plano de gestão de resíduos do município de São Paulo, foi publicado em julho. É um decreto do prefeito Kassab, mas a nossa avaliação, não só nossa avaliação, mas um pouco do sentimento colhido no âmbito da sociedade, é que esse plano, em que pese o CADES ter feito um trabalho importante de discutir, criou um grupo de trabalho, uma comissão específica, mas o plano não retrata o desafio de um plano de gestão de resíduos que possa contemplar toda a discussão com a sociedade. É um plano de 248 páginas, portanto ele tem um bom diagnóstico. É um diagnóstico que ocupa 80% do plano de gestão de resíduos, mas ele, ao nosso ver, está frágil do ponto de vista de diretrizes, estratégias, metas, programas, ações, e o próprio mecanismo de acompanhamento e implementação do plano. Então a ideia é que esse plano possa ser discutido no âmbito da Conferência Municipal de Resíduos. Portanto, a ideia da Conferência, cujo tema está ali representado. Esse é o Decreto 53.924, que é do dia 17/5, na verdade sexta-feira, ele foi publicado no sábado. O prefeito convoca a Conferência Municipal do Meio Ambiente, bem como cria o comitê intersecretarial de implementação da política municipal de resíduos sólidos. Quer dizer, é um ato que têm duas direções. Convocar a conferência, e por outro lado, criar um comitê intersecretarial, e esse comitê intersecretarial, vou falar dele inicialmente, porque depois a gente detalha aqui, a conferência, mas esse comitê intersecretarial, ele tem a finalidade de articular toda a política municipal de resíduos sólidos no município de São Paulo, e ele é composto pela representação de oito secretarias que têm relação com o tema de resíduos. E o prefeito, ao criar o comitê intersecretarial, ele cria também, 5 grupos de trabalho. Esses grupos de trabalho, diferentemente do comitê intersecretarial, ele já tem a composição da sociedade civil. Então, a ideia é que, haja um comitê intersecretarial, 5 grupos de trabalho com membros do governo e com membros da sociedade civil, para discutir, nesses 5 grupos de trabalho, primeiro ele reelabora o plano de gestão de resíduos do município. O segundo... não obrigatoriamente na ordem, que eu não lembro decor, mas é assim. O segundo, ele cria o grupo de implementação do programa de coleta seletiva solidária nos próprios públicos municipais, o município não tem esse programa de coleta seletiva solidária com a participação dos catadores. Está aqui a dona Guiomar, conosco, participando dessa discussão. Mas o município não tem um programa de coleta seletiva... os próprios municipais não tem um programa de destinação dos seus resíduos. É importante começar da casa da gente, essa



ação, dando o exemplo. O terceiro, ele cria, é um grupo de trabalho que discute o manejo dos resíduos da construção civil, por conta de todo esse debate que foi feito aqui, e é preciso que a gente resgate. Já existia esse movimento antes, em um grupo de trabalho, mas a gente quer reeditar, sob a ótica e sob o âmbito do plano de gestão integrada de resíduos. Então, a ideia é ter a discussão da gestão dos resíduos sólidos da construção civil no município de São Paulo, por dentro do plano, implementados pela política. O quarto, é um grupo de trabalho para elaborar um plano de educação e comunicação ambiental, em resíduos sólidos. Porque o município tem que ter um plano de educação ambiental e comunicação. Tudo que foi falado aqui, nós avalizamos, é de fato importante, e é preciso ter um plano elaborado sob a ótica da lei, da política nacional de educação ambiental, da política municipal de educação ambiental, mas específico para resíduos sólidos, porque esse assunto tem um viés muito importante de educação da sociedade. Não adianta ter planos de gestão, não adianta ter plano de coleta seletiva, não adianta ter concessionária, nem empresa de limpeza urbana, se a sociedade não mudar os seus hábitos. Então, o quarto grupo de trabalho, que é pensar um plano de educação ambiental e comunicação. E o quinto, depois de todo esse trabalho dos grupos de trabalho, depois do plano de gestão, do plano de coleta seletiva, reavalia todos os instrumentos normativos e legais no município e discute, com a Câmara de Vereadores, um projeto de lei para a revisão da política municipal de resíduos, depois de ter feito todo esse debate. Então, a ideia desses grupos de trabalho é fazer esse diálogo com o governo, com a sociedade civil. E a Conferência Municipal de meio ambiente, nesse ano, ela é coordenada... Então o prefeito convoca a conferência, já para... a partir de 1º de junho, 1º de setembro, e ela é coordenada pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente e pela Secretaria de Serviços. É uma coordenação conjunta das duas secretarias. Talvez de forma inédita ainda, no município de São Paulo, porque sempre se discutia: Quem é o responsável por essa questão dos resíduos? É a Secretaria de Serviços, ou é a Secretaria do Verde? Nós estamos agora, em uma articulação muito interessante. Esse trabalho que a gente está discutindo aqui, foi um trabalho discutido entre as duas secretarias, pelos técnicos das duas Secretarias. Então não tem preponderância de uma Secretaria sobre a outra. É muito mais uma articulação bem interessante. Esse decreto trabalha com a perspectiva de que a Conferência Municipal de Meio Ambiente tem como tema a implementação da política nacional de resíduos sólidos no município de São Paulo. Então, a ideia é que o município de São Paulo radicalize a implementação da política nacional, em que pese o município não ter a competência para todos os instrumentos. Mas é possível que o município faça e implemente todos os instrumentos da política nacional, que ele é responsável. Eu diria que inclusive, a logística reversa, naquilo que couber, porque é possível fazer logística reversa por meio de termo de compromisso, desde que não haja **acordo setorial**. E o município tem que chamar para si essa responsabilidade. Então, a ideia é que a Conferência possa discutir a implementação da política nacional de resíduos, chamando a atenção para o fato de que a política nacional de resíduos e a lei de resíduos sólidos, que é a lei 2.305, ela não é uma política só para os governos. É uma política nacional de resíduos, que vincula os governos, vincula a sociedade civil, o setor privado. Então é uma política abrangente. Cada um tem a sua responsabilidade. O Ministério do Meio Ambiente trabalhou o tema principal da Conferência Nacional de Resíduos, com essa intenção. De poder trazer para a discussão todos os atores envolvidos com a política nacional de resíduos, para que eles reflitam a responsabilidade de cada um, e a partir do momento que você tem uma conferência, a ideia é que todo mundo saiba exatamente, a sua responsabilidade, e passe a mudar hábitos de consumo, a internalizar, em si, o que é da sua responsabilidade. E essa conferência tem a finalidade também, uma das finalidades é integrar e articular as políticas urbanas que têm relação com a



política nacional de resíduos. Os secretários do Verde e do Meio Ambiente, a eles caberá criar uma portaria intersecretarial com a finalidade de criar a comissão preparatória da Conferência Municipal de Meio Ambiente. Nós já estamos trazendo para vocês aqui, o resultado da discussão com a Secretaria do Verde, da Secretaria de Serviços, e também a subprefeitura, que nós estamos trazendo nesse momento aqui, o Tadeu, representando a coordenação... a Secretaria coordenadora das subprefeituras, e esse material que a gente já traz aqui, é praticamente 80% dessa portaria que vai ser publicada... Pensamos e estamos trabalhando até a sexta-feira dessa semana. Então já publica a portaria intersecretarial, criando a Comissão Preparatória da Conferência Municipal de Meio Ambiente. E essa Comissão Preparatória, pelo decreto, ela tem a atribuição de definir a data, o local, o critério de participação, a elaboração de proposta de conteúdo, método, organização e funcionamento e eleição dos delegados para a Conferência Municipal. Então a Comissão Preparatória é, de fato, o âmbito institucional mais importante da Conferência, e é quem vai coordenar a conferência e garantir a mobilização, e todo o funcionamento da conferência. O que nós estamos trazendo aqui, ao final dessa minha apresentação, já é uma proposta de formação dessa Comissão Preparatória, porque nós queremos que o CADES possa indicar esses membros para a Comissão Preparatória, já que nós já temos uma reunião programada para o dia 28 de maio, da Comissão Preparatória, porque o tempo está muito curto. Nós temos muito pouco tempo para fazer essa conferência, e ela tem que mobilizar aí, uma boa parte da sociedade. Bom, em que pese a Comissão Preparatória definir a data da Conferência, nós tomamos a iniciativa, nós e a Secretaria do Verde, de já tentar encontrar um local para fazer a conferência, porque a nossa expectativa é que essa conferência tenha da ordem de 800 delegados. Provavelmente vai ser a maior conferência do estado de São Paulo, oxalá a do país. Talvez a Conferência Municipal seja até maior que a Conferência Estadual. Nós não estamos disputando aqui, números, mas só para dizer da importância e do engajamento que a gente acha que a cidade de São Paulo pode ter nessa discussão. Mas nós conseguimos... a única data que nos foi possível no prazo, dado pelo regimento da Conferência Nacional de Resíduos, e pela Conferência Nacional de Meio Ambiente, que vai acontecer no final de outubro, e a Conferência Estadual de Meio Ambiente, que tem o prazo para acontecer dia 22 de setembro, nós, dialogando com essas datas, encontramos o Anhembi, que é um espaço que pode abrigar aí, todos os atores envolvidos, a nossa expectativa é que a gente tenha em torno de 1.500 pessoas na abertura da Conferência, que é dia 30, é uma sexta-feira à noite, no sábado, muito provavelmente, vão ser grupos de trabalho. Isso a gente vai discutir ainda com a Comissão Preparatória. E no dia 31, há o fechamento da Conferência, porque essa Conferência, ela discute e valida, e colhe propostas para o plano de gestão integrada de resíduos, e ao mesmo tempo, ela manda, para a conferência estadual, ações... pelo menos 10 ações, acho que esse é o número que está estabelecido com o governo do estado, no regimento da nacional, para que o estado possa incorporar, do município de São Paulo, essas ações, para discutir na Conferência Estadual. Então, essa data já está reservada no Anhembi. A gente quer contar com o apoio da Uninove, para a gente fazer as nossas conferências temáticas. Nós ficamos sabendo que teve espaço interessante. Eu participei lá, no início desse ano, de uma discussão da Secretaria do Verde, do inventário. Acho que foi do Vergueiro que eu participei. Um espaço bem interessantes.

(fala sem microfone)

Silvano Silvério da Costa: Muito obrigado. Isso foi uma coisa boa. Essa proposta de etapas preparatórias, nós vamos submeter à Comissão Preparatória da Conferência no dia 28. Isso



aqui foi algo que nós já começamos a pensar, mas ele vai ser consolidado pela Comissão Preparatória. Nós vamos ter uma discussão já feita com a subprefeitura, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e também com alguns vereadores, discutido de que nós devemos aproveitar não o espaço definido para discussão do Plano Diretor, nas etapas das subprefeituras, mas, terminando a etapa da discussão do Plano Diretor, que deve ser por volta de 15h30, 15h00, 15h30... Das 15h30 até às 19h00, nós vamos aproveitar para fazer a Etapa Regional da Conferência Municipal de Meio Ambiente, que têm 3 finalidades. A primeira é fazer um diagnóstico participativo da realidade dos resíduos vendo a questão regional da cidade de São Paulo. Então a gente aproveita para fazer esse diagnóstico, conhecendo a realidade do município por cada uma das subprefeituras, primeira finalidade. Segunda, nós trabalharemos a formação dos delegados para participação da Conferência Municipal, e com a pretensão, inclusive, de discutir o que é o plano de gestão integrada de resíduos, discutir o que vai ser esse plano de gestão, todos os componentes, um prévio diagnóstico, para que a Conferência Municipal, ela tenha um pouco de qualidade para a participação dos delegados. Então, a segunda função seria a de formação. E a terceira e última seria de eleger parte dos delegados como uma base territorial da cidade de São Paulo, para ir para a conferência. Nós não vamos ter delegados apenas das subprefeituras, mas uma boa parte dos delegados serão das subprefeituras, para a gente ter a implementação da política na cidade, já dialogado com a população. Um dos nossos objetivos dessa conferência, também é discutir o plano de coleta seletiva na cidade. Vocês devem ter visto que o prefeito Haddad, ele assinou já, a ordem de serviço para duas centrais de triagem. Essas centrais de triagem, as quatro que estão previstas para a cidade de São Paulo, elas vão permitir sair de um percentual de 1,8% de coleta seletiva para 10% até 2016, mas não adianta a gente ter a unidade se a gente não tiver a discussão com a sociedade, de como vai ser a coleta seletiva. Vai ser porta a porta, vai ser ponto a ponto, a cidade vai engajar nesse processo da coleta seletiva? Já foi muito tempo discutido com a população, coleta seletiva. E a população, ela, muitas vezes, se encontra decepcionada. Faz um movimento, segrega o resíduo, o resíduo vai para o mesmo destino. Então a gente quer resgatar tudo isso. E o plano de coleta seletiva, nós já estamos trabalhando nele, para saber, exatamente... Eu aproveito para dialogar com aquela primeira parte aqui, que foi a história dos ecopontos, um em cada distrito. Mas a cidade tem que saber a quantidade de ecopontos necessários. A cidade tem que saber a necessidade de galpões de triagem necessária, aonde montar os pontos de entrega voluntária, tudo isso a gente vai querer discutir na Conferência Municipal. Então fazer isso com muito cuidado, e essa etapa aqui, a primeira etapa, ela é muito importante. Veja que ela já acontece do dia 8 de junho até o dia 27 de julho. Então o tempo está muito curto. Por isso que o decreto saiu no sábado, nós já estamos aqui hoje, discutindo com o CADES, e temos já, uma reunião na terça-feira, da Comissão Preparatória, para a gente já bater o martelo nesses critérios, nessa composição, e poder correr aqui, com essa etapa regional. Estamos prevendo, não está definido ainda, mas uma etapa preparatória indígena, e etapas preparatórias temáticas. Nessa discussão de resíduos da construção, resíduos do serviço de saúde, coleta seletiva e logística reversa, tudo isso pode ser discutido com mais aprofundamento nas temáticas. Bom, aqui é muito importante essa discussão com o CADES, para a gente é muito rica. Nós pensamos, a princípio, e é isso que deve sair na portaria intersecretarial, na Comissão Preparatória que pudesse chamar para si a coordenação da Conferência Municipal do Meio Ambiente. Essa conferência não é a conferência da Secretaria do Verde, não é a conferência da Secretaria de Serviços. É uma conferência da sociedade. O CADES, para a gente, é muito importante, porque ele já tem uma composição com representação dos atores que estão envolvidos com a política de resíduos. E o nosso



pensamento inicial, já dialogado aí, com as subprefeituras, com a Secretaria do Verde, a Secretaria de Serviços, era uma representação da sociedade civil e do governo nessa Comissão Preparatória, de 40 membros, paritária: 20 do governo e 20 da sociedade civil. E a nossa proposta inicial foi de trabalhar com 5 indicados pelo Movimento Nacional dos Catadores, que tem uma relação muito forte com o tema de resíduos sólidos, 2 de centrais sindicais, que estão representados aqui no CADES, universidades, 1 representante, que também tem representação no CADES. A gente tem que aferir isso. 4 representações empresariais, aqui tem a FIESP, tem a Fecomércio, a gente precisa discutir como é que entra também o SINDUSCON. Tem uma relação importante com esse tema. Mais quatro representações empresariais, e 8 representantes de ONGs e associações por região. De tal forma que a gente teria 20 membros da sociedade civil, com essa composição, e a gente gostaria que o CADES pudesse contribuir conosco saindo daqui já, dessa reunião de hoje, em uma articulação que vocês possam fazer, para a gente ter essas entidades representadas, e daí a gente já monta a portaria intersecretarial, já com a composição desses membros aqui, que a gente já leva daqui de hoje. Se a gente pudesse fazer isso, seria muito importante. Os nomes também, quando possível, era importante, mas a gente pode informar lá na reunião dia 28, é a primeira reunião da Comissão Preparatória, a gente já tem os nomes e compõe. E a representação do poder público seria da participação de 2 representantes da Secretaria de Serviços, 2 representantes da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e 16 representantes das subprefeituras por conta do componente regional da política de resíduos. A gente quer que tenha a participação deles, até porque, esse diálogo é fundamental que a gente faça já nesse processo inicial. De tal forma que nós chegamos a 20. Ah, sim. Têm 4 vagas no legislativo. Eu não falei aqui. Mas são quatro vagas para o legislativo. É a mais. Além desse, têm mais quatro vagas para o legislativo. Vereador Natalini, desculpa aqui, que eu acabei não falando, mas é que não apareceu no slide. Mas têm 4 vagas para o poder legislativo, para participar da comissão preparatória. É fundamental, essa participação. Desculpa a falha. Bom, então é isso. Ali seria a Comissão, a Secretaria Executiva, e que também aqui não está do legislativo. A Secretaria Executiva que tem a proposta de serem 12 membros, 6 da sociedade civil e 6 do poder público, com ali, a participação. Eu estou dizendo, aqui não tem o legislativo. A gente tem que colocar na Secretaria Executiva, o legislativo também. Tem que fazer aqui, a revisão. Mas a gente... Faz parte também da Secretaria Executiva o representante do legislativo. Bom, gente... Mas aqui, essa Secretaria Executiva vai ser eleita na reunião da comissão preparatória que vai ser no dia 28, às 17h30, lá na Secretaria da Coordenação das Subprefeituras. Bom, encaminhamentos que a gente traz aqui para o CADES, é a necessidade da gente ter aqui os representantes, esses segmentos, que a gente poderia colher aqui, do CADES, e que faz a ponte com o CADES da Conferência Municipal de Meio Ambiente. O agendamento das reuniões, que nós vamos ter aí para frente, mas já começa com essa dia 28 de maio, e a definição de regimento, que daí vai ser discutida pela Comissão Preparatória. Por enquanto é isso. Eu queria, aqui, agradecer mais uma vez o espaço. E estou pronto aqui para o diálogo, para ver como é que a gente pode fazer esse trabalho em conjunto. Muito obrigado. Queria agradecer aqui o Samuel... (incompreensível).

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu agradeço ao Silvano. E a Ocleres, como secretária, irá anotar o nome das ONGs interessadas para posterior votação. Agora, aproveitando, antes de passar a palavra para o Secretário... Ah, desculpe, Abel.



Cons. Abel: Silvano, parabéns pelo trabalho. Abel, da AVEPEMA. Parabéns pelo trabalho. Eu já me coloco à disposição como eu tinha falado com o Secretário Ricardo e com o nosso outro Secretário. A AVEPEMA se coloca à disposição, já, ajudar e trabalhar junto com vocês nesse projeto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Natalini, com a palavra.

Cons. Gilberto Natalini: Bom, queria dizer o seguinte: a gente está à disposição. Eu sou da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Vou levar essa questão lá, para os meus colegas, para o próprio presidente da Câmara, o José Américo, e estamos à disposição para colaborar. Eu acho importante demais acontecer isso. Eu acho que nós não podemos mais ficar amontoando lixo na cidade de São Paulo. Não tem mais condições de a gente continuar com o mesmo processo. É vergonhoso. Assim como é vergonhoso fazer cocô nos rios e nos córregos, como disse o colega do CREA, é também vergonhoso acumular lixo. Então, nós temos que dar um jeito. Eu só queria, secretário, dizer para o senhor e para todos aqui, que eu acho que é um processo, não depende só da nossa vontade. Depende da vontade política de todos nós, mas ele é um processo que ele tem atores. E os atores são o poder público, é cada munícipe, são as instituições e pessoas envolvidas com a reciclagem, as cooperativas etc., mas tem um ator, que na minha opinião, sem ele não vai. Que é o setor produtivo. A indústria, o comércio. Por quê? Porque nós podemos fazer tudo bonitinho, recolher tudo bonitinho, separar, tudo legalzinho, e depois não ter mercado. O que adiantou? E o mercado, ele não se rege pela nossa vontade. Pelas nossas meras vontades de mortais. Ele tem vontade própria. O mercado é um... todo mundo sabe o que é. Então eu acho que a discussão, com.. e aí tem empacado em nível nacional, estadual, e acho que nível municipal, por quê? Porque está muito refratário o setor produtivo no sentido de não querer arcar com a conta, quer jogar a conta aqui... Então fica esse negócio: *“Quem vai pagar? É você. A dona de casa lá? Quem é? O industrial?”* Então, essa discussão, ela é o centro do problema. Então, eu acho que a conferência, se você me permite uma sugestão de um leigo, a conferência devia discutir essa filosofia, e, além das questões práticas, que a prefeitura está disposta a avançar, o secretário falou Central de Triagem, tal... Vocês vão fazer quatro centrais de triagem. Quem vai comprar o produto final? Como é que vai ficar? A prefeitura vai comprar? Vai ter um fundo municipal de sustentação do material separado? Quem tem que absorver esse material é o ciclo completo. Aí, no caso, quem produz, quem vai reciclar aquilo, quem vai dar destino e tal. Então, é uma observação que eu faço, para a gente não ficar na inocência de que nós, aqui, sem a (incompreensível), consegue. Então eu queria só mais um instantinho, secretário, para dizer. Isso é um ponto. Nós vamos participar. Eu tenho o maior carinho, maior boa vontade de ajudar aí na mobilização, nas pré-conferências etc., e tal, e quero que dê certo. Porque nós não podemos mais continuar, como eu disse, amontoando lixo na maior cidade do país, a mais desenvolvida. E para terminar, eu queria colocar o seguinte: nós vamos ter uma conferência, que o senhor conhece, que uma parte enorme aqui já foi, é parceira e tudo, que é a nossa conferência P+L. Que é um mês depois. Então, nós vamos até aproveitar toda discussão daí, lá na conferência P+L, vai ter uma mesa de resíduos que o Arnaldo Jardim vai. Eu estou laçando ele. Estou laçando. Ele está disposto a ir, mas... Já aceitou. Mas o Secretário Simão vai ter que dar o aval, porque afinal de contas, tem... ele vai, e vai uma professora universitária, professora Vanda da Faculdade de Saúde Pública, em uma mesa, que a gente também quer discutir isso. E no dia 5, eu não vou falar mais, então eu já vou aproveitar... No dia 5 a gente vai fazer na Câmara, a gente tem a coleta permanente de lixo eletrônico. Que a gente têm 22 pontos



esparramados na cidade de São Paulo. Um deles no Parque do Ibirapuera, e tal. Já foram mais de 300 toneladas de lixo eletrônico recolhidos, em uma ação muito singela. E dia 5, eu estou convidando todos vocês, se tiverem lixo eletrônico, para participar e levar lá, que nós vamos dar o destino correto. É como uma ação exemplar, não é para resolver de maneira nenhuma o problema. É uma ação exemplar. É assim, até para dizer: *“estamos fazendo. Queremos ajudar...”* E convido vocês para, entre 10h00, 10h30, estarem lá onde nós vamos começar a receber os caminhõezinhos, as caminhonetes de lixo eletrônico, que as pessoas estão recolhendo, e vão levar, vão fazer uma montanha lá, e depois a empresa vai levar, vai separar todos os componentes, reaproveitar 100%. Dia 5 então, eu faço esse comercial aqui. Já falei para o Storopoli ali, para todo mundo. Eu queria então, que vocês pudessem participar. Nós estaremos na conferência. Eu faço questão de alguma forma, me ver indicado oficialmente. E também, depois de um mês, nós vamos replicar o que vocês, o que nós discutimos lá, na nossa conferência dia 4 de outubro, no Memorial da América Latina. Obrigado aí pela oportunidade.

Orador não identificado: Aproveitar, já vou distribuir o material.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Maria Cristina.

Cons. Maria Cristina: Parabéns pela exposição. E é salutar agora, essa conferência por quê? Acompanhando a política desde o seu nascimento, nós verificamos assim: era uma discussão que passava mão em mão no Executivo, no Legislativo, e engavetada. Até que finalmente chegou a política nacional, estamos diante lá, dos acordos setoriais, que o setor produtivo já fechou, apesar de ter toda discussão ainda, temática, porque não terá resultado e não terá êxito essa nova legislação que está aí, permeando a sociedade, que é um problema que tem de âmbito nacional, e local, e cabe ao município constatar exatamente a questão ambiental, diante da concorrência em que a legislativa por parte do poder federal, estadual, dos três entes federativos, e dos três poderes envolvidos: judiciário, legislativo e executivo. E essa concorrência que há em matéria de legislação, ente federativo, estadual e municipal, a política vai ter que ter um êxito. Porém, ela prevê o quê? A solidariedade no que tange à redução e o tratamento desses resíduos. Então, todos os atores estarão envolvidos. Inclusive, a dona de casa, inclusive o consumidor final. Porém, todos vão ter que abrir mão de alguma coisa. Como a indústria, se não havendo incentivo e o poder público vai ter que abrir mão disso. Ou seja, ele vai ter que ceder. Tendo incentivos fiscais, eu tenho certeza que tudo irá se resolver. Senão, o que nós vamos ter, é penalizar novamente o consumidor final, que é a população. E na política, ela é salutar, porque ela envolve todos esses atores, e também uma parcela que é assim, ela é considerada invisível, que são os catadores. De que forma? Não deixar um tratamento indigno, que nós vemos com esses catadores. Porque a forma como eles têm... Eles fazem parte dessa cadeia produtiva, até então fizeram. Não deixar que a iniciativa privada consuma isso. Ou seja, eles têm que existir. Têm que dar um tratamento digno, e profissionalizante. Têm todo um arcabouço jurídico prevendo isso. E também a educação. A educação ambiental é que vai trazer resultado a isso. A educação vem desde lá, do ambiente doméstico, o lixo domiciliar, até então no meio ambiente de trabalho, e nas instituições. E o que eu quero colocar desde então, que a OAB já participa dessa questão da política nacional de resíduos sólidos, coloco já a entidade, eu, como titular aqui da ordem, já à disposição para participar da conferência e também já faço um convite, que logo eu encaminharei, que já tem a confirmação do secretário, do primeiro congresso de sustentabilidade, infraestrutura, porque nós temos tanto a política



nacional de resíduos sólidos, que tem o prazo lá, exíguo, que é 2014. Todos vão ter que resolver. Todos os municípios aqui do estado brasileiro terão que dar uma destinação ambientalmente correta aos seus resíduos. Já tem essa abertura desse congresso que posterior eu encaminho o convite a todos os Conselheiros aqui presentes, e a sociedade civil, e como um dos cases que irá expor, é exatamente o Sinduscom que já confirmou a presença. Ou seja, a construção civil gera resíduos, mas de que forma que isso gera o quê, oportunidades de trabalho à sociedade civil. O resíduo está aí. Todo mundo quer ter moradia, todo mundo quer ter reforma, mas vamos fazer isso de forma ambientalmente correta. Então, nesse primeiro congresso que nós vamos realizar, por conta até da abertura da Copa, é um congresso que vai estar linkado, exatamente, a um ano de abertura da Copa. Como vai estar o município para enfrentar essa questão da mobilidade urbana? Então eu quero agradecer. Deixo esse convite. Trarei formalmente essa data. E parabéns aqui, à exposição, e ao poder público, por essa iniciativa.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Marta Amélia, pela ordem, por favor.

Cons. Marta Amélia: Eu quero colocar a ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, seção São Paulo, também à disposição. Não só a minha pessoa, mas uma vaga, nós temos a Câmara Técnica de Resíduo Sólido, e temos grupos temáticos também de trabalho. A ABES, hoje, é uma OSCIP. Uma organização com associação a vários eixos. E parabéns, Silvano, mais uma vez, é maravilhoso ouvir você falar. Parabéns.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Pela ordem, Luiz Fernando. Senhor Ivo, com a palavra.

(fala sem microfone)

Secretária Executiva Ocleres Harkot: O senhor pode falar mais alto, por gentileza?

Cons. Ivo: Então (incompreensível) a gente havia colocado aqui nesse pleno, a questão da conferência. E me ponho à disposição, dentro da história que a gente tem, nas conferências da cidade de São Paulo, e depois gostaria de passar a palavra para a catadora Guiomar.

Guiomar: Então, eu sou representante do Movimento Nacional dos Catadores. E vim pedir aos membros do CADES e a todas as pessoas que estão presentes. A gente, primeiro, quer manifestar o nosso interesse em participar da comissão organizadora do município, da Conferência Municipal do Meio Ambiente. Para tanto, indicamos os nomes dos representantes, catadores de materiais recicláveis por região e seus respectivos suplentes. Zona sul, Guiomar Conceição dos Santos, a suplente, Mara Lúcia Sobral. Zona leste, Nanci Dacolete, suplente, Selma Maria da Silva. Zona norte, Eduardo Ferreira de Paula, suplente, Eva Erns. Zona oeste, Luzia Maria Honorato, suplente, Neilton Polido. E centro, Olinda Pedro da Silva, suplente, Valdir Park. Ficamos à disposição para qualquer dúvida, junto à Secretaria Nacional do Movimento Nacional.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado. Com a palavra, Luiz Fernando. Então já abriu mão. Senhor Abel, por gentileza.

Cons. Abel: Vou ser bem sucinto e rápido.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por favor.

Cons. Abel: Acontece o seguinte: aqui na plateia, atrás de nós, tem movimento sindical. Tem gente representando o GT, o (incompreensível), e o pessoal estava pedindo para se manifestar, que tem gente que está querendo participar. É possível?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, se apresente...

Oradora não identificada: (fala fora do microfone) na plateia também a CUT, que está na organização da Comissão Nacional. E seria interessante que participasse também. (fala sem microfone) formalizar esse convite, para indicar a força sindical e a CTB que também participam de todo esse processo. A outra questão, que eu acho também, muito importante, que nós já tivemos aqui, várias discussões, e travamos... Eu digo assim, na cidade de São Paulo, sobre a saúde ambiental. Então, eu gostaria de saber como a Secretaria da Saúde pode trabalhar com isso. Entrar também, para participar. Porque nós discutimos resíduo hospitalar, o esgoto dos hospitais, que vão para a rede, a questão da dengue, dos animais sinantrópicos, que é a questão da leptospirose, que é tudo produzido por resíduos também. Se a gente ver, o resíduo não coletado que fica aí, jogado, e tudo o mais. Quer dizer, são ações que transversalizam a questão de resíduos. E outras questões a mais. Então, eu acho interessante considerar isso. E quanto à preocupação como trabalhadora, a questão do trabalho em relação aos catadores, de benefícios e tudo o mais. Então a gente precisa que essas cooperativas sejam, realmente, regularizadas, capacitar esses trabalhadores, quer dizer, uma série de preocupações que nós vamos ter que discutir. E a questão da incineração também, colocar aqui, a preocupação nossa é que nós somos contra a incineração. E pedir para que a CUT possa se posicionar, porque ela está na nacional.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado.

Vânia: Bom dia companheiros e companheiras. Senhoras e senhores. Meu nome é Vânia, eu sou da assessoria da CUT. A CUT participa da comissão nacional organizadora da conferência, e nós estamos aqui, demonstrando interesse de participar deste processo, por conta, naturalmente, da natureza do nosso trabalho. Nós já integramos aqui, enquanto assento. Agora estamos no rodízio do assento. E estamos nos colocando à disposição também, para acompanhar esse trabalho, pela importância que tem para dar todo o apoio que a Central Única dos Trabalhadores pode dar na comissão organizadora aqui, da Conferência Municipal.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado. Doutor Silvano. Tem mais um? Vamos. Doutor Silvano, o senhor tem mais alguma coisa? A senhora quer falar? Conselheira... André, por gentileza.

Cons. André: André, Secretário Estadual do Meio Ambiente. Queria parabenizar o Silvano. É muito gratificante ver o trabalho que foi desenvolvido no governo federal, pode ser reproduzido aqui em São Paulo. O estado tem tido uma boa parceria na união, a respeito do assunto, Resíduo Sólido. Então nós nos colocamos à disposição para continuar com essa parceria aqui no município, tanto no assunto, o tema geral, Resíduo, quanto na realização da Conferência Municipal, Estadual. No que precisar de uma interface, se é que já não... imagino que já tenha os canais institucionais estabelecidos, mas qualquer reforço que precisar ser feito, como representante do estado aqui no CADES, eu fico à disposição para ajudar. Muito obrigado.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado. Com a palavra, Ângelo. Ah, desculpe. Perdão. A senhora.

Cons. Ângela: Ângela Branco, Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Parabéns, Silvano, novamente. Também gostaríamos de manifestar interesse em participação por meio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, núcleo técnico de gestão ambiental. Lembrando que a nossa guarda municipal, ela é responsável também pela fiscalização de descarte irregular de entulho, e caçambas irregulares no município de São Paulo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Ângelo, por gentileza. Depois...

Cons. Ângelo Iervolino: Ângelo da SAL. A SAL se coloca à disposição. Como nós já fazemos esse trabalho há mais de 15 anos na região leste, e nós presidimos a comissão especial na gestão anterior nessa casa, eu, inclusive, indicaria o nome da senhora Delaine Romano, a técnica no assunto, para estar me representando. E aproveitando a questão dos equipamentos, inclusive estive, na última segunda-feira, falando com o presidente, superintendente da ECOURBS, que eles tendem, na zona Leste, a fazer 11 ou 17 equipamentos, mas a questão é que não tem área para isso. Eu ia aproveitar a presença do vereador, mas o Silvano está aqui do lado. Enquanto a gente não, talvez, mudar a legislação, onde pode colocar os equipamentos para coleta seletiva, nós vamos ficar amarrados, porque o município não tem mais área para coleta. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Com a palavra, Roberto.

Cons. Roberto: Eu queria agradecer ter ouvido essa palestra do presidente Silvano. Muito boa, por sinal. Parabéns. E fico feliz de saber que a Secretaria Estadual está entrosadíssima. E a municipal nem se diga. Bom, como disse o vereador Natalini, e a representante da OAB, é muito importante o problema de mercado e muito importante, a não instrumentalização e massificação dos catadores. Porque a gente sabe que a iniciativa privada é muito bem-vinda, mas tem gente que quer ganhar em tudo. Então, isso é importantíssimo, que haja um regimento muito claro, inclusive com... O problema é que o catador, como ele é autônomo, ele é e não é sindicalizado. Então ele não tem a proteção sindical total. Então, eu me preocupo com isso, e gostaria de enfatizar que todos nós tivéssemos essa preocupação. E a gente está disposto a colaborar. O CREA, só para lembrar, ele é uma autarquia federal regionalizada por estado. Então, na colaboração seria nesse sentido. Estamos à disposição. Até logo. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Com a palavra, agora o Eduardo. E eu queria agradecer o conselheiro Eduardo, pela colaboração no café da manhã e pela colaboração no espaço. Não só com a Secretaria, como com Silvana. Obrigado.

Cons. Eduardo Storopoli: Estamos sempre às ordens para uma causa tão importante como essa. A do meio ambiente, melhorar aí a qualidade de vida da população da cidade de São Paulo. Então eu queria parabenizar aí, as apresentações que foram feitas hoje. Parabenizar o secretário, o Ricardo Teixeira, e também o Simão Pedro. Essa união vai ser muito importante, essa integração. Ação conjunta. E também, por último aí, agradecer também, a apresentação, a proposta da Conferência Mundial do Meio Ambiente, e a Municipal da Cidade de São Paulo. Uma bela iniciativa. Parabéns pela apresentação. E a nossa universidade está à disposição. Hoje mesmo eu vou fazer a reunião com o nosso grupo lá de pesquisa do gestão ambiental e



sustentabilidade. E pode contar conosco, secretário. Podem contar conosco todos os conselheiros e as ONGs aqui presentes. Muito obrigado. E parabéns, mais uma vez, Silvano.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado. Antes de passar...

Orador não identificado: Secretário... é rápido, é rápido. Como o pessoal já reforçou, a Secretaria da Saúde é muito importante estar junto com a gente, Silvano. É importante destinar alguém da Secretaria da Saúde. Só isso, obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Antes de passar para o secretário encerrar...

Secretário Ricardo Teixeira: Eu pedi para o Silvano, eu quero que o Silvano feche esse assunto, em função até da disponibilidade. Todo mundo quer participar. Então eu pedi para o Silvano criar essa regra, uma regra para que todos participem.

Silvano Silvério da Costa: Perfeito. Só distinguir. Primeiro, eu agradeço muitíssimo a adesão do Conselho, do CADES. Queria dizer para vocês que estou saindo daqui muito satisfeito, não é, Ricardo. A Secretaria do Verde, a Secretaria de serviços, pela adesão, já, pronta. Acho que isso já mostra uma consciência, que além da sustentabilidade tem uma consciência cidadã importante. Porque esse tema... Eu sou engenheiro de formação, sou do CREA também. Mas o engenheiro é muito cartesiano, ele não tem essa sensibilidade, mas aqui, nos sensibiliza também essa visão cidadã do CADES e essa... E queríamos pedir desculpas assim, pelo açado da tramitação, da discussão, porque o tempo é curto, e como o decreto saiu só no sábado, de fato, dificultou. Mas acho que não tem prejuízo. Uma coisa que eu preciso explicitar, e eu fui informado aqui, é que o CADES, os membros do CADES são delegados nato da Conferência. Isso é importante saber porque a preocupação de participação vai se dar de qualquer forma. O que nós estamos constituindo é uma comissão preparatória para trabalhar, está certo? Então é bem-vindo aqueles que querem trabalhar, mas não obrigatoriamente todos tem que estar. A nossa preocupação é que não dá para incluir todos. Por isso nós fizemos questão de dividir a quantidade de participantes. Agora nós temos os titulares e os suplentes, temos 8 titulares e 8 suplentes. A gente pode acomodar com toda tranquilidade todos os interessados, não tem prejuízo nenhum. E como eu disse anteriormente, a ideia é exatamente que essa comissão preparatória possa mobilizar toda a sociedade para a Conferência. Esse aspecto é importante. Eu vi aqui que tem duas... a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Segurança Urbana, e também a gente precisa ver até que ponto outras secretarias, como a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Assistência Social... eu não sei como é o nome. Desenvolvimento Social, como participa. Primeiro, uma coisa é a composição do comitê intersecretarial, nós vamos estar discutindo a política junto lá. Aqui, da organização, a gente pode pensar também, vê como participa da comissão preparatória, a gente consegue aqui um arranjo. Nós vamos ver como a gente considera, porque é importante estar junto, sim. Tem toda certeza disso. Nós vamos rever aqueles números, por orientação de vocês, para tentar abrigar o que for possível abrigar. Desde já a gente incorpora as duas secretarias. Vamos sondar, ainda, as outras. Porque todos reclamam assim: *“Nós já temos muita comissão para participar. Muita atividade para participar.”* É raro a gente ver as pessoas quererem participar. Isso é um bom sinal. E mais uma vez, obrigado. Eu queria só fazer um registro, secretário Ricardo, aos representantes que estão participando aqui, dessa discussão, que é o Sérgio, o Lucas, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, lá da Secretaria de Serviços, o Samuel, a Soraya, a Julia que não está aqui, mas a equipe que está participando está com um trabalho



interessante, é bom registrar os trabalhos dessas pessoas também. MUITÍSSIMO obrigado a todos vocês.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado, Silvano. Com a palavra o secretário. Senhor Ângelo, por gentileza.

Cons. Ângelo Iervolino: Não, não. O pessoal está solicitando, eles gostariam que o nome dos representantes saíssem, já, hoje. Então, eu não sei, assim que terminasse a reunião, se a gente poderia estar nos reunindo e já passar o nome para o Silvano. É que o pessoal pediu para...

Secretário Ricardo Teixeira: Eu concordo. Concordo. Acabando a reunião, vocês já tirem... São oito, não é, Silvano? São oito... Quem está aqui, se manifestou, se vocês quiserem tirar os oito titulares, agora já tira, já passa para o Damasceno. Tem que ser ágil, tem que ser rápido. O Silvano colocou do tempo. A gente não pode perder para o dia de amanhã. Hoje mesmo, se vocês quiserem fechar, se vocês concordarem o que ele está propondo, está fechado.

Cons. Ângelo Iervolino: Obrigado, secretário. Foi pedido da galera.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, agora, o secretário.

Secretário Ricardo Teixeira: Pelo silêncio, ninguém mais quer a palavra, eu agradeço a presença de todos...



Conselheiros presentes:

ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA
ANGELA MARIA BRANCO
ANGELO IERVOLINO

ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA
EDUARDO STOROPOLI
EVANDO REIS
FENANDO BORGES FORTES
GILBERTO TANOS NATALINI

HUGO LUIZ DE MENEZES MONTENEGRO

IVO CARLOS VALENCIO

JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA NETO

LOURDES ELIZABETH RESS
LUIZ FERNANDO ROMANO DEVICO
LUIZ FERRUA
MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA REALI
ESPOSITO
MARIA JOSÉ DE ANDRADE FILHA
MARIA LÚCIA TANABE
MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ
MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS
MILTON ROBERTO PERSOLI
ROBERTO PAULO VALERIANI IGNÁTIOS
ROSANGELA VERÍSSIMO DA COSTA
SARTORE
VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO
ALLEGRO

Conselheiros com justificativa de ausência:

ANDRÉ LUIZ MOURA DE ALCÂNTARA / EDUARDO DELLA MANNA / MARCIO ESTEVES
DA SILVA / GEORGE DOI / WALTER PIRES

Conselheiros suplentes presentes:

ELIANA SAPUCAIA RIZZINI

Coordenador Geral:

LUIZ EDUARDO PERES DAMASCENO

Secretária Executiva:

OCLERES HARKOT